

**Comissão Parlamentar de Inquérito ao Processo de Nacionalização,  
Gestão e Alienação do Banco Português de Negócios, SA.**

24.ª Reunião — 3.ª audição  
(17 de Julho de 2012)

---

**SUMÁRIO**

(...)

Por último, foi ouvido, em audição, o Sr. Dr. António Tomás Correia, Presidente do Conselho de Administração do Montepio Geral. Usaram da palavra os Srs. Deputados Ana Catarina Mendonça (PS), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Honório Novo (PCP), João Semedo (BE), Hugo Lopes Soares (PSD), Pedro Nuno Santos (PS), Afonso Oliveira e Hugo Velosa (PSD).

O Sr. Presidente encerrou a reunião eram 20 horas e 30 minutos.

(...)

Srs. Deputados, vamos retomar os trabalhos e dar início a mais uma audição.

*Eram 17 horas e 37 minutos.*

Temos connosco o Dr. António Tomás Correia, Presidente do Conselho de Administração do Montepio Geral, a quem agradeço a presença. Não sei se pretende fazer alguma intervenção inicial ou se fica, desde já, à disposição dos Srs. Deputados...

O Sr. Dr. **António Tomás Correia** (Presidente do Conselho de Administração do Montepio Geral): — Sr. Presidente, faço uma intervenção inicial só para cumprimentar o Sr. Presidente e os Srs. Deputados e dizer que estou à disposição para responder às questões que entenderem conveniente colocar.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem, Sr. Dr. António Tomás Correia.

Então, nesse caso, tenho a possibilidade de dar a palavra, de imediato, à Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Catarina Mendonça, do Partido Socialista, para colocar as suas questões iniciais.

Tem a palavra, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Catarina Mendonça** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Dr. António Tomás Correia, antes de mais, quero cumprimentá-lo e agradecer a sua presença.

A razão principal para o termos aqui, nesta Comissão, é a de percebermos o motivo pelo qual o Montepio Geral ficou fora desta negociação, isto é, quando o primeiro concurso para a privatização do BPN ficou deserto, o Montepio Geral, através de si, deu várias entrevistas e fez várias declarações à imprensa dizendo que estava disponível para dialogar com o Governo sobre o passo seguinte, sendo que uma das opções que estava em cima da mesa, a seguir ao concurso ter ficado deserto, era a venda direta do BPN aos interessados.

A minha primeira pergunta vai no sentido de saber se houve algum diálogo com o Governo, se lhe foram colocadas algumas exigências, se o Montepio, através de si, fez algumas exigências e o que é que aconteceu para que, quando o BIC comprou o BPN, o Montepio se tenha queixado, dias antes, de não ter informação sobre o concurso.

São, pois, três perguntas concretas: houve ou não diálogo com o Governo, na sequência de o concurso ter ficado deserto? O que é que aconteceu para haver um desinteresse do Montepio em relação à compra do BPN? Houve ou não exigências do Governo que não eram compatíveis com os desígnios do Montepio Geral?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Dr. António Tomás Correia.

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, diálogo não houve. Na sequência do primeiro concurso, que ficou deserto, não houve qualquer diálogo entre o Montepio e o Governo. Ninguém nos contactou e, portanto, esse diálogo foi totalmente inexistente, mas, como é óbvio, não nos sentimos minimamente melindrados com o facto. Quem definiria as condições ou a oportunidade do diálogo não eramos nós, nós apenas estávamos disponíveis, na medida em que sabíamos que a questão do BPN

era uma questão muito sensível no sistema financeiro e, portanto, entendíamos que a instituição a que tenho muito gosto em presidir tinha de ter alguma disponibilidade para esse efeito.

Exigências também não houve, ou seja, ninguém nos exigiu coisa nenhuma nem nós exigimos coisa nenhuma.

Portanto, ausência de diálogo, ausência de exigências, foi tudo muito claro.

Quanto a desinteresse do Montepio na compra do BPN, posso dizer-lhe que, em rigor, o Montepio nunca esteve interessado em comprar o BPN, porque entendíamos que o BPN tinha tantos problemas, tantos problemas, que achávamos mesmo que qualquer processo de compra só poderia apresentar-se ruinoso para o contribuinte, porque os «suspensórios» que qualquer comprador teria de usar num processo puro de compra do BPN seriam de tal modo garantidores da posição do comprador que talvez isso não conduzisse ou pudesse não conduzir a um negócio equilibrado. Portanto, por essas razões, a postura do Montepio, como instituição da economia social e que tem uma determinada forma que consideramos eticamente irrepreensível de condução dos seus negócios, nunca se apresentou com disponibilidade para comprar o BPN. E também, devo dizer, pelo facto de considerarmos que a não resolução do problema do BPN, num quadro em que havia um calendário negociado com a própria troica, enfim, poderia ser uma ocorrência não interessante para o próprio País. O que fizemos, sim, foi... O Montepio entendeu, ainda assim, apresentar uma proposta que, não consubstanciando uma operação de compra e venda, consubstanciasse uma operação de compra e venda de ativos, pagando por esses ativos um determinado preço e não exigindo, como contrapartida, qualquer capitalização para os ativos que iria comprar

ao Banco. O problema da capitalização desses ativos no balanço do Montepio seria, obviamente, da responsabilidade do Montepio.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Catarina Mendonça.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Catarina Mendonça** (PS): — O Sr. Dr. diz que o Montepio nunca esteve interessado em comprar o Banco, mas, ainda assim, fala na oferta que o Montepio fez e que, de resto, refere aqui hoje, que era a compra de ativos, sem necessidade de capitalização.

Mas o Sr. Dr., à época, disse que acreditava que a proposta do Montepio era mais vantajosa para o Estado português.

Antes de ir a outras questões mais concretas, peço-lhe um comentário, porque o conhecimento que temos, tirando o da comunicação social e das declarações que a Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado aqui fez, é um conhecimento muito diminuto quanto à proposta real que o Montepio se propunha fazer.

Portanto, pode explicar-nos aqui por que razão essa proposta seria mais vantajosa do que a solução que veio a ser encontrada?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Dr. António Tomás Correia.

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, não posso, porque nunca terei dito ou nunca terei utilizado a expressão «mais vantajosa». É que o desconhecimento das restantes propostas implica que não tenha a mínima possibilidade de comparar seja aquilo que for; agora, o que devo ter afirmado, isso, sim, foi que, em nosso juízo, a proposta do

Montepio era vantajosa para o Estado. Isto, com certeza; agora, «mais vantajosa», não sei nem nunca poderia ter sabido.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Catarina Mendonça** (PS): — Tenho uma notícia do dia 2 de agosto de 2011, do jornal *I*, em que o Sr. Dr. diz que, «apesar disso, o presidente do banco mutualista acredita que a sua oferta seria financeiramente mais vantajosa para o Estado português». É com base nesta declaração sua que lhe pergunto por que seria mais vantajosa.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Dr. António Tomás Correia.

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, nós sabemos quantas vezes fazemos declarações para os jornais e, depois, os jornais põem aquilo que lhes apetece. Portanto, «mais vantajosa»...

*Risos.*

Não quero ofender os Srs. Jornalistas, mas, muitas vezes, fazemos declarações que são transcritas e não são uma transcrição fiel daquilo que dizemos.

Nunca poderia ter dito que a nossa proposta era mais vantajosa. Esta é uma posição que nunca tive e tenho consciência perfeita daquilo que sempre pensei acerca do assunto. Nós só podemos fazer comparações com aquilo que conhecemos. Não conheço o teor de qualquer das outras propostas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Catarina Mendonça.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Catarina Mendonça** (PS): — Sr. Dr., ainda assim, considera que era vantajosa para o Estado português a proposta do BIC e reformulo...

Percebo que me diga «não conheço os termos do contrato», mas conhece e tem lido na comunicação social um conjunto de coisas que têm sido ditas, designadamente nesta Comissão, sobre esse mesmo contrato de compra e venda do BPN ao BIC. Por isso, não resisto a perguntar-lhe: se o senhor tivesse acesso às mesmas condições que teve o BIC, na negociação com o Estado português, o Montepio não teria reconsiderado a hipótese de comprar o BPN?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Dr. António Tomás Correia.

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, seguramente, não teríamos reconsiderado a possibilidade de comprar, seguramente, não compraríamos o BPN. E vou dizer-lhe por que é que não compraríamos o BPN.

O BPN, de acordo com a nossa leitura, tem ou tinha um conjunto de problemas no seu balanço, nomeadamente um conjunto de ações judiciais de grande monta, e a discussão desses assuntos nos tribunais envolveria, de acordo com a nossa visão, problemas reputacionais para a marca *Montepio* que não estávamos em condições de suportar. É que, embora protegidos, e admito que sim, aliás, não tenho qualquer dúvida de que qualquer comprador do Banco se protegeu em relação a essas contingências, não tenho qualquer dúvida acerca disso, mas também não tenho dúvida de que,

quando estes assuntos, que são muitos, começarem a surgir, como despedimento de trabalhadores, ações judiciais da mais variada natureza, a discussão de variadíssimas contingências, haverá problemas reputacionais para o comprador. E, no caso do Montepio, entendemos que a imagem que a nossa marca tem é incompatível com a discussão prolongada desses assuntos seja onde for e, nomeadamente, com a exposição ao mercado.

Foi por isso que nunca colocámos como hipótese a compra pura e simples do BPN.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Catarina Mendonça** (PS): — Sr. Dr., não quero tomar muito do seu tempo, até porque as respostas que está a dar-nos significam que hoje, passado este tempo, o Montepio já não esteve interessado e percebo que os Srs. Jornalistas, às vezes, vão escrevendo mais do que aquilo que queremos dizer.

Mas repare no seguinte: «Interessados no BPN não têm informação» — 2 de junho de 2011. O Dr. Tomás Correia «admitiu olhar com atenção para a privatização» e disse «que o preço não é problema, o problema é o que lá vem dentro», como disse, e esta Comissão também tem tomado conhecimento, aliás, já a primeira tinha tomado conhecimento. Estamos de acordo, mas leio, nas suas palavras, pelo menos, uma intenção em negociar.

O líder do Montepio, sobre o BPN — e, portanto, o Dr. Tomás Correia —, diz, no dia 2 de agosto de 2011, que «havia todas as razões para sermos chamados às negociações».

Também no dia 2 de agosto de 2011, o Dr. Tomás Correia defende que deveria ter sido chamado às negociações que antecederam a venda do Banco e contesta a decisão do Ministério das Finanças.



No dia 30 de Novembro de 2010, antes de tudo isto, quando o concurso ficou deserto, o Sr. Dr. diz que a sua instituição, a instituição a que preside, o Montepio Geral, está disponível para dialogar com o Governo sobre o BPN.

Sr. Dr., desculpar-me-á que lhe pergunte se «disponibilidade», «condições para negociar», «contestação ao negócio» não significam demonstração de interesse, nem que seja em um décimo, da parte do Montepio, em adquirir o BPN, independentemente de todos os riscos serem enormes, o que também são palavras suas. Independentemente disso, houve, aliás, uma oferta, que convido a especificar-nos nesta Comissão, de comprar apenas alguns balcões, não de comprar o Banco na sua totalidade, mas de fazer algumas escolhas.

Insisto na pergunta: houve ou não, afinal, desde o concurso ter ficado deserto até à venda ao BIC, algum interesse do Montepio em, pelo menos, apreciar as condições que o Governo teria, para que pudessem ser concorrentes com o BIC na compra do BPN?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Dr. António Tomás Correia.

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, o que acaba de dizer, o interesse na privatização do BPN, não pode ser, de modo nenhum, coincidente com o interesse na compra do BPN. Estou interessado na privatização, em todo o processo de privatização, mas não significa que o Montepio tenha interesse em adquirir o BPN em si. Aliás, o nosso caso é um caso único. Se olharmos para o conjunto das instituições intervencionadas pelo mundo inteiro, desde os Estados Unidos — grandes bancos, maiores, no seu conjunto, do que o sistema financeiro — até à Europa, Reino Unido, etc., o que verificámos foi que, no momento pós nacionalização ou intervenção do Estado ou dos bancos centrais, houve, de imediato, um processo de alienação de ativos em ordem a garantir que a normalidade do funcionamento dos balcões e da movimentação dos dinheiros dos depositantes se processasse sem um mínimo de constrangimento para os clientes. Nós admitíamos que, em vez de escolhermos outro processo, este fosse o caminho mais ajustado para se começar a resolver os problemas do BPN.

E foi por isso mesmo que, muito antes do processo de privatização, em 2010, o Montepio desenvolveu contactos no sentido de dizer que estávamos interessados, por exemplo, em dialogar com o Governo no sentido de vir a fazer uma aquisição, como, por exemplo, uma coisa que é muito elogiada na imprensa como tendo sido uma coisa absolutamente extraordinária, que o Dr. Horta Osório fez em Londres, na Inglaterra, na compra do Northern Rock e do Bradford & Bingley, se não estou em erro, e achávamos que esse podia ser o caminho.

O Montepio estaria, obviamente, interessado em olhar para esse *dossier* e a interessar-se por ele, contribuindo para a estabilidade do funcionamento da rede de agências, para a estabilidade da relação dos

depositantes com o Banco ou com o adquirente dos depósitos e dos balcões, etc., etc.

O Montepio sempre teve uma posição, ao longo dos tempos, coincidente com a proposta que veio a apresentar e que lhe leio: «As diferentes componentes que constituem a proposta da Caixa Económica, Montepio Geral, são analisadas conforme se segue: aquisição da totalidade das sucursais próprias e arrendadas do BPN».

Portanto, não era um conjunto, mas a totalidade das sucursais, sendo que, no caso das sucursais arrendadas, os contratos de arrendamento relativos às sucursais que a Caixa Económica vier a decidir descontinuar não podem ter um prazo superior a um ano. Portanto, havia que pôr fim ao arrendamento.

Prossigo a leitura: «Aquisição dos meios de pagamento bem como de toda a infraestrutura associada pelo seu valor contabilístico». Portanto, há meios de pagamento, há cartões de crédito, há cheques que não podem ser descontinuados. E nós propúnhamo-nos adquirir isso pelo seu valor contabilístico. E segue-se: «Aquisição da carteira de depósitos de retalho do BPN com um prémio de 1,22%, face ao seu valor nominal e pelo montante final apurado no momento da transação». Ou seja, em relação aos depósitos, propúnhamo-nos pagar 1,22%. Como é que chegámos a isto? Foram as contas que fizemos e que pensámos serem adequadas. E devo dizer que, fazendo o *benchmarking* com as operações no mercado internacional, a situação era a adequada.

E, obviamente, pelo negócio que acompanhava tudo isto não exigíamos qualquer capitalização. E dizíamos mais: que estávamos em condições de poder colaborar com o Estado na recuperação, utilizando a estrutura do Montepio, dos ativos maus ou daquilo que restava no BPN.

Nós nunca tivemos uma posição diferente.

Isto não significa desinteresse pela privatização do BPN; significa interesse pela privatização do BPN, sendo certo que, para nós, o interesse não passava pela compra. Não tínhamos condições para andar a discutir despedimentos, não tínhamos condições para andar a discutir um conjunto de ações que envolvem os negócios do BPN, porque, de acordo com a nossa análise, isso traria problemas reputacionais de grande monta para a marca Montepio, e nós não queríamos assumir esse ónus, que considerávamos muito pesado — consideramos, ainda hoje, que seria muito pesado para nós.

Mas, houve propostas. E devo dizer que, quando decidimos avançar com esta proposta, o fizemos unicamente com o intuito de ajudar a que o País resolvesse um problema complicado, que estava devidamente calendarizado.

Devo dizer-lhe que, dias antes, antes de apresentarmos a proposta, eu pedi para me encontrar em audiência com a Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado do Tesouro, para lhe perguntar se esta proposta tinha, ou não, algum sentido. Porque se me fosse dito que não tinha sentido nenhum, não a teríamos apresentado. Foi-me respondido, então, que fazia sentido apresentarmos a proposta — não se saberia se haveria propostas em concurso.

Esta era uma solução, tal como tive a oportunidade de transmitir, que ajudava o País a resolver um problema.

Entendo que, como português, e tendo condições para o fazer, o devia ter feito. E fi-lo, com muito gosto, devidamente mandatado pelos órgãos sociais do Montepio. Entendíamos que — e continuo a entender (vou ao encontro também de uma afirmação sua) —, face a este comportamento do Montepio, faria sentido que falassem connosco, nem que não fosse para outra coisa que para nos dizer: «Olhe, a vossa proposta não tem o mínimo interesse, não a podemos considerar, muito obrigado...»

(ou sem obrigado algum). Achávamos que nos deveriam ter dito alguma coisa face ao modo como nos comportámos nesta hipótese de transação.

De facto, ninguém nos disse nada. E nós achámos (continuo a achar e a dizer-lhe) que merecíamos que tivesse havido um diálogo connosco posteriormente à entrega da proposta. E, de facto, não houve!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Catarina Mendonça Mendes.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Catarina Mendonça** (PS): — Sr. Dr., creio que, depois destas nossas perguntas e respostas, podemos chegar a três conclusões.

A primeira é a de que houve uma manifestação de interesse do Montepio e conseqüente proposta na compra de alguns balcões...

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — De todos os balcões!

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Catarina Mendonça** (PS): — De todos os balcões — registe-se — e de absorver alguns dos trabalhadores do BPN.

A segunda conclusão é a de que o Sr. Dr. faz essa proposta e apresenta-a à Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado, perguntando-lhe se esta proposta tem, ou não, algum sentido. A Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado responde-lhe que sim, senhora, faz sentido a sua proposta.

Ora, a Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado, em audição nesta Comissão disse que a proposta do Montepio não fazia sentido, e não especificou.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Nada disso!

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Catarina Mendonça** (PS): — Está registado em ata, Srs. Deputados!

*Protestos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, agradeço que deixem a Sr.<sup>a</sup> Deputada prosseguir.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Catarina Mendonça** (PS): — Estamos em audições desde manhã, Sr. Presidente, portanto...

A terceira conclusão que se pode tirar é a de que a Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado terá considerado a proposta viável mas, entretanto, foi negociar com o BIC. E o Montepio soube, pelas notícias, que tinha havido a compra do BPN pelo BIC.

Sr. Dr., pergunto-lhe se, com a proposta que aqui nos apresenta, e na conversa com a Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado, adiantou algum valor para a sua proposta.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. António Tomás Correia, faça favor.

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Vamos lá ver... Não sei o que a Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado disse aqui, na Comissão. Eu não estava cá.

Mas, a conversa que tive com a Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado foi no sentido de saber se, da parte dela, via interesse na apresentação da nossa proposta. Neste caso, a questão do interesse pode gerar alguma confusão, porque uma coisa é ter interesse na proposta, outra coisa é que eu não interpretei como considerar a proposta interessante.

*Vozes inaudíveis na gravação.*

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Eu vou repetir.

Portanto, eu tive a iniciativa de falar com a Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado, porque no próprio Montepio, face à lei que enquadrava a privatização do BPN, se falava em venda do BPN. Ora, a nossa proposta não ia no sentido da venda. E, portanto, esta podia ser uma proposta em relação à qual fosse dito, de imediato: «Pode entregá-la, mas ela não pode não ser considerada».

Daí que eu tenha tido a conversa prévia no sentido de dizer: «Olhe, não estamos interessados em comprar o BPN, nunca estivemos interessados em comprar o BPN. Estamos interessados em comprar alguns ativos, mas gostaríamos de saber se, da parte do Governo, esta proposta para comprar alguns ativos tem algum interesse em ser entregue.»

E o Montepio foi incentivado a entregar a proposta. Enfim..., daí não interpreto, não interpretei, no sentido de dizer «a proposta é interessante, muito, pouco ou nada».

Havia interesse em que entregássemos a proposta. E eu compreendo que, da parte do Governo, houvesse interesse em que nós entregássemos esta proposta, ainda que para compra de alguns ativos. Porque se não houvesse proposta nenhuma, isto era uma saída...

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Ora!

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Ora..., isto era uma saída.

**Vozes do PSD**: — Claro!

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Não tenho dúvida de que era uma saída. Mas considero — volto a repetir, já o disse há pouco — que a proposta do Montepio era uma proposta vantajosa. Porque, vamos lá ver, o Montepio não queria ficar com nada que fosse ativo mau, nem queria capital, mas mantinha a rede toda em funcionamento, comprava todos os balcões, retirava do Estado o ónus de encerrar balcões — pelos vistos, parece que existe, a avaliar pelas notícias — e comprava todos os meios de pagamento, enfim..., o que nos parecia interessante. E ajudava... Propunha-se auxiliar o Governo — e isso consta também da proposta — na recuperação do chamado «banco mau». «Há muitos ativos, aquilo vai... enfim, vai haver aqui muito trabalho em torno disso.» O Montepio punha ao serviço do Estado a sua estrutura de recuperação de crédito e de recuperação de ativos em condições que combinássemos, mas que, para o Montepio, não implicava pagamento para além das despesas. E não queríamos obter lucro nenhum com essa atividade.

Bom, e admitíamos que isto pudesse ser, depois, mais discutido.

Não foi, respeitámos... E nunca ninguém me ouviu um comentário negativo ou de discórdia em relação ao processo. Respeitámos na perfeição, embora entendêssemos que poderia haver diálogo posterior, connosco, depois da entrega da proposta e de termos sido solicitados... Não é «solicitados» que quero dizer, mas, sim, depois de não termos recebido discórdia em relação à entrega da nossa proposta.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Catarina Mendonça.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Catarina Mendonça** (PS): — Sr. Dr., disse que o Montepio Geral apresentou a proposta para ajudar o País a resolver o



problema. E eu volto a frisar o que o Sr. Dr. disse à época da venda do BPN ao BIC: «Há falta de informação».

A minha pergunta concreta é a seguinte: até onde é que estava o Montepio, uma vez que ainda não me disse se tinha valo, ou não, na sua proposta para a compra do que queria comprar do BPN... Já agora, antes de eu lhe fazer o resto da pergunta, diga-nos por favor: qual era o valor?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. António Tomás Correia, faça favor.

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Enfim, não fiz as contas, mas referi-lhe que pagávamos um percentual de 1,22 pelos depósitos, pagávamos os meios de pagamento — estamos a falar de POS e de toda a parafernália que os sustenta e que permite que eles funcionem — pelo seu valor contabilístico, pagávamos os imóveis afetos à exploração da rede de agências pelo seu valor contabilístico. Estimamos que isto rondasse entre 35 e 50 milhões de euros. Mas, claro, isso tinha que ser apurado, a final, no negócio.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Catarina Mendonça.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Catarina Mendonça** (PS): — Sr. Dr., permita-me só precisar: tratava-se de um montante global entre os 35 e os 50 milhões. E estamos a falar de absorção de todos os balcões, de 1,22% por depósitos, os imóveis... E não estamos aqui a falar de recapitalização?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. António Tomás Correia, faça favor.

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Não, não. Para nós, não havia qualquer *apport* de capital por parte do Estado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Catarina Mendonça.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Catarina Mendonça** (PS): — Sr. Dr., então, termino.

O BIC adquiriu o BPN por 40 milhões, dos quais escolhe os ativos com que quer ficar, o Estado encarrega-se das indemnizações aos trabalhadores, o Estado encarregar-se-á também dos processos judiciais que correm neste momento e o Estado terá também um conjunto de encargos de todos os ativos que não forem escolhidos pelo BIC e que, por isso mesmo, nas palavras do Dr. Lourenço Soares ouvido aqui, nesta Comissão, será um encargo para os contribuintes portugueses para os próximos 10 anos.

Volto à pergunta que lhe fiz no início desta audição. Daquilo que aqui nos disse, da proposta que, afinal, existia e que foi feita, do que se conhece, continua a considerar que ela era vantajosa para o Estado em relação a esta? Sr. Dr., não estou a pedir-lhe que conheça em pormenor o contrato, mas de tudo o que já se conhece hoje das condições pelas quais o BIC adquiriu o BPN, pergunto-lhe se continua a considerar que o Montepio tinha uma proposta claramente vantajosa, até porque, como disse, o valor de 35 e 50 milhões não era para comprar tudo, mas os balcões e mais algumas coisas. É isto, não é, Sr. Dr.?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. António Tomás Correia.

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, de facto, nós não pedíamos qualquer capitalização, portanto, não havia entrega de capital por parte do Estado ao Montepio, não ficávamos com o Banco. A questão do capital não se colocava. Recebíamos, retirado do Banco, determinado negócio, determinados ativos, digamos, e nós pagávamos por eles e os efeitos ou as necessidades em termos de capital no balanço do Montepio eram da exclusiva responsabilidade do Montepio. É assim, rigorosamente assim.

Agora, talvez não tenha entendido muito bem a sua questão e, se não a entendi, aquilo que vou dizer não está correto e peço desculpa por isso. Mas eu não estou em condições de me pronunciar sobre a proposta que veio a ser vencedora. Não estou em condições de fazer juízos acerca disso. Não estou em condições de acompanhar o Sr. Dr. Lourenço Soares nas suas afirmações. O Sr. Dr. Lourenço Soares esteve no processo, era administrador do BPN, conhece isso tudo. Com certeza, ele lá saberá. Mas

eu não sei. Nem sequer conheço o quadro de negociações do BIC. Portanto, não me peça e não me ponha a mim, por favor, a comparar aquilo que nós nos propúnhamos fazer e pagar com a solução final que veio a ser adotada. Isso é algo que eu não farei, é algo que não pode retirar-se de qualquer das minhas afirmações.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Catarina Mendonça, já ultrapassou os 10 minutos. Não sei se tem mais questões para colocar.

Tem a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Catarina Mendonça** (PS): — Com esta resposta do Sr. Dr., terminei.

Muito obrigada.

O Sr. **Presidente**: — Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida, do CDS-PP.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Dr. António Tomás Correia, boa tarde.

Quero começar por perguntar, para ficarmos esclarecidos, o seguinte: se esta proposta do Montepio tivesse consequência e, portanto, o Montepio adquirisse aquilo que se propôs adquirir por aquele valor, o que é que acontecia ao BPN?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. António Tomás Correia.

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Sr. Deputado, o BPN continuaria nas mãos do Estado, que promoveria a sua liquidação.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Era exatamente essa a questão que queria colocar: o Estado tinha na mesma que liquidar o BPN e, portanto, teria todos os custos de uma liquidação da totalidade do Banco, sendo que grande parte dos ativos, como, por exemplo, as agências e os meios de pagamento, já não estavam lá para compensar as perdas, já não estavam lá para equilibrar as contas de uma liquidação.

Portanto, pergunto-lhe se estaria errado se concluísse que os custos da liquidação, neste cenário, eram todos aqueles que aqui foram apurados para uma liquidação da totalidade do Banco, sendo que, da parte positiva, havia que retirar tudo aquilo que o Montepio entretanto tinha adquirido e que, da parte negativa, havia que reduzir o valor que o Montepio tinha pago por esses ativos. E, portanto, se o Montepio adquirisse pelo justo valor as agências e os meios de pagamento — e presumir-se-ia que adquiriria por justo valor —, o valor da liquidação que o Estado teria que promover seria idêntico à que teria de promover se tivesse que liquidar todo o BPN.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. António Tomás Correia.

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Sr. Deputado, eu não sei.

Vamos lá ver: que eu saiba, o adquirente do Banco adquiriu os balcões, os depósitos, as agências, os meios de pagamento, adquiriu tudo.

O Montepio só se propôs adquirir os depósitos, os balcões, os meios de pagamento e nada mais do que isso. Eu não sei o que é que haverá mais de bom, de vendável, mas há uma coisa com que o Estado ficaria na proposta do Montepio — mas eu não quero comprar coisas... —, que era com o valor do capital que lá pôs. Esse valor ficava na mão do Estado.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Mais os 40 milhões que o Montepio dava!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Dr., o Estado é um contínuo. Portanto, o Estado não são governos. Pode recordar-nos quando é que o Estado soube dessa disponibilidade do Montepio.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. António Tomás Correia.

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Soube em data mais ou menos coincidente com a nacionalização.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Portanto, desde a nacionalização que o Estado sabia desta disponibilidade do BPN para um negócio deste género.

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Do Montepio.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Do Montepio para um negócio deste género.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Catarina Mendonça** (PS): — Um negócio deste género ou este negócio?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Agradeço à Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Catarina Mendonça e, salvaguardando os direitos de autor, até faço a pergunta de outra forma.

Pergunto-lhe, Sr. Dr., se era um negócio deste género, ou se era este negócio, ou até, se fosse adquirido mais cedo, se poderia ter tido um valor superior — este último acrescento é meu.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Catarina Mendonça** (PS): — Não foi isso que eu perguntei!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. António Tomás Correia.

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Sr. Deputado, devo dizer-lhe que, se o negócio tivesse sido feito mais ou menos com este enquadramento, compra dos depósitos, compra dos balcões, compra dos meios de pagamento e dos imóveis relativos aos balcões, provavelmente o valor de compra — e também estou aqui a estimar — no momento da privatização, portanto, fazendo o negócio à semelhança daquele que foi

feito em Londres e que os jornais badalaram muito como algo positivo, o negócio ter-se-ia situado em montante que ultrapassaria os 100 milhões e podia chegar aos 150 milhões.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Quando?

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Em momento coincidente com a nacionalização.

É bom ter em conta que, nessa altura, o Banco tinha quase 5000 milhões de depósitos e, portanto, nós oferecemos 1,22 pelos depósitos — devo dizer que o *benchmark* internacional anda entre 1 e 1,5 e, na altura, nós estávamos disponíveis para pagar o maior *benchmark* do mercado —, os meios de pagamento eram mais e tinham maior valor contabilístico, os imóveis também. Portanto, nós estimamos algo acima dos 100 milhões e que podia chegar aos 150 milhões.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Portanto, fica evidente que quem considere que esta hipótese era uma boa hipótese terá de considerar ao mesmo tempo que seria catastrófico concretizar esta hipótese em 2011 quando se poderia ter concretizado em 2008 quase pelo triplo do valor — admitiu o Sr. Dr. aqui. Portanto, obviamente que uma coisa implica necessariamente a outra.

Mas deixou-me uma curiosidade. Sabendo disso o Governo anterior, tendo conhecimento desta disponibilidade do Montepio, o Sr. Dr. foi



contactado aquando da negociação do Memorando de Entendimento para saber se mantinha a disponibilidade de adquirir o BPN nestes termos?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. António Tomás Correia.

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Não, não fui. Não.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É estranho, porque o Memorando de Entendimento vem concretizar uma solução que diz: *find a buyer* até um determinado prazo. Sr. Dr., este requisito, encontrar um comprador, a ser encontrado o comprador nunca poderia ser o Montepio, porque o Montepio não estava disponível para comprar o Banco. Estou a concluir bem?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. António Tomás Correia.

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — O Montepio nunca esteve interessado em comprar o Banco, repito. O Montepio esteve sempre interessado na privatização do Banco, mas sempre transmitiu o modelo que entendia adequado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ou seja, o Governo que tinha conhecimento que o Montepio poderia comprar uma parte do BPN nesses termos foi o mesmo que inseriu no Memorando de Entendimento uma solução única que era vender o Banco e que, portanto, excluía essa hipótese.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. António Tomás Correia.

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Enfim, a conclusão, se calhar, não pode ser outra.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Também não me parece.

Sr. Dr., quero colocar-lhe outra pergunta concreta, só para esclarecer, embora decorra daquilo que já foi questionado e que o Sr. Dr. já respondeu. Tem sido aqui muito questionada, e bem, a questão de, no momento final do negócio, o Estado ter negociado apenas com um interessado e pergunta-se muitas vezes aqui, a diversas pessoas, se não seria importante para o Estado negociar com mais do que uma entidade. Eu também acho que sim. Acho que qualquer pessoa de bom senso considera que, se no final o Estado pudesse ter negociado, no caso, com o BIC e com mais uma entidade, isso teria sido vantajoso para o Estado. É evidente.

Sr. Dr., para que fique claro: nos termos do Memorando de Entendimento e nos termos da lei de reprivatização, o Montepio poderia ser essa entidade nos termos da proposta que tinha feito? Poderia, no final, discutir com o Governo, em paralelo com o BIC, a aquisição do BPN?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. António Tomás Correia.

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Sr. Deputado, vou repetir-me. O Montepio nunca colocou como hipótese a compra do BPN a partir do momento em que viu com toda a clareza a situação do balanço do BPN, nomeadamente quando da primeira privatização, e a informação que depois foi dada quando do segundo momento ou para a segunda fase em que se tentou essa privatização. Portanto, todas as leituras que fizemos no primeiro momento se confirmaram no segundo e nós nunca nos quisemos ver envolvidos num quadro de discussão de questões que não nos dizia respeito. Ao adquirirmos o Banco — e estou a repetir-me — nós teríamos de enfrentar aqui um problema reputacional e nós não queremos esses problemas. Nós, no Montepio, não queremos discutir essas coisas.

Agora, a meu ver, se quisermos colocar a questão noutra plano — enfim, se calhar, a discussão levar-nos-ia a outras conclusões —, a questão é a de saber se este modelo tinha mesmo que ser assim ou se, pelo contrário, nós não teríamos ganho tempo e dinheiro se tivéssemos adotado ou se tivéssemos aprendido com as experiências alheias em relação a situações da mesma natureza. Essa é que é a questão! Por que é que nós assistimos, durante um tempo infundável, à perda de mais de 50% de depósitos, por exemplo, naquela entidade? Enfim, porque cada dia que

passava ia reduzindo os resistentes naquela situação. Mas esse não foi o caminho que se escolheu e, portanto, não vale a pena discuti-lo.

No entanto, se discutirmos o problema da privatização tal como está aqui a ser discutido, dir-lhe-ei: o Montepio não tem nem nunca teve interesse nesse modelo. Tinha interesse em adquirir ativos. Entendeu a dada altura que, face à magnitude dos problemas — e o futuro vai dizer-nos isso... Face à magnitude dos problemas, eu entendo que uma opção de compra é muito complexa e é muito difícil de gerir. Eu bem sei que essa opção de compra está extraordinariamente atenuada, face às notícias que leio, com a possibilidade de, por vontade do comprador, passar ativos para os veículos, as tais «Par». «Este problema não me interessa, passo para a 'Par', o Estado dá cá o dinheiro; este problema também não me interessa, passo para a 'Par', o Estado dá-me o dinheiro» — está muito atenuado! Não é um problema patrimonial, porque, com esta facilidade de dizer «tome lá, Estado, e dê-me cá o dinheirinho deste ativo», o problema patrimonialmente fica resolvido. Mas o problema patrimonial para nós ou o problema reputacional para nós nunca ficava resolvido e é por isso que nós nunca quisemos comprar.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Dr., percebendo e apurando que o Montepio não queria adquirir o BPN nestes termos, que não estava em condições de ser alternativa ao BIC na decisão final da reprivatização e que a hipótese de o Montepio adquirir uma parte do Banco foi do conhecimento do Governo do Partido Socialista durante três anos e que foi o Governo do Partido Socialista que excluiu essa hipótese quando, no Memorando de Entendimento, só consagrou a solução de vender o Banco, sabendo que essa solução excluía o Montepio, estou esclarecido e não tenho mais perguntas a colocar.

*Protestos do PS.*

O Sr. **João Semedo** (BE): — Isso é um bocadinho abusivo!

O Sr. **Presidente**: — Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr. Presidente, queria começar por cumprimentar o Dr. António Tomás Correia e colocar-lhe algumas perguntas.

Por exemplo, os senhores chegaram a levantar o caderno de encargos do primeiro momento de privatização, em 2010?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. António Tomás Correia.

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Levantámos, sim, senhor.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Foi por vossa iniciativa que o fizeram ou foi em resultado de um contacto do BPN, ou da Caixa, ou até de algum responsável do Governo?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. António Tomás Correia.

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Foi por nossa iniciativa.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Tinham um contacto prévio, nessa altura?

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Não.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr. Dr., ainda relativamente a esta primeira fase de privatização, de 2010, há quem diga que os senhores não apresentaram candidatura em 2010 nem uma candidatura que respondesse integralmente ao caderno de encargos em 2011 por dificuldades de tesouraria, porque, entretanto, tinham decidido adquirir o Finibanco.

Isto corresponde, de alguma forma, à verdade? Isto limitou a vossa capacidade de investimento ou não?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. António Tomás Correia.

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — O Sr. Deputado refere-se à compra do Banco?

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — A pergunta é esta, repetindo: há quem diga que os senhores não apresentaram uma proposta à privatização em 2010 nem uma proposta integralmente reproduzindo as condições do caderno de encargos em 2011 por dificuldades de liquidez que se prendiam com a mobilização de recursos aplicada na compra do Finibanco. É verdade?

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Não, não tem a ver com isso.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Desmente qualquer afirmação nesse sentido ou qualquer sugestão nesse sentido?

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Qualquer sugestão nesse sentido é falsa.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Muito bem. Isso é muito importante, porque nós ouvimos essa versão, sugerida de forma muito perentória, por um dos últimos depoentes que aqui esteve.

O que eu queria saber é o seguinte: esta hipótese de compra, que os senhores apresentaram logo após a nacionalização — compra segmentada por ativos —, foi apresentada a quem e quando?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. António Tomás Correia.

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Foi objeto de troca de impressões com o Sr. Secretário de Estado do Tesouro de então, Dr. Costa Pina.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Quando, Sr. Dr.?

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Não consigo situar isso no tempo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Mas, digamos, nos finais de 2008 princípios de 2009? Quando?

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Eu direi que foi em momento quase... , posterior à nacionalização, pouco tempo depois.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — E diga-me uma coisa, Sr. Dr.: quais foram as razões que o Governo invocou para rejeitar a vossa proposta?



O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Na altura, discutia-se... Vamos lá ver, isto resultou de uma conversa exploratória no sentido de manifestar a disponibilidade do Montepio e de ver se havia caminho possível para a concretizar, trazendo à colação todo um conjunto de exemplos no mercado internacional, que todos nós conhecemos — e se não conhecemos facilmente os descobrimos na *Net*.

Mas, nessa altura, uma das implicações tinha a ver com todo o processo de discussão acerca das indemnizações aos anteriores acionistas, etc.,... Havia uma série de dificuldades que não estariam resolvidas, e era preciso, primeiro, promover a avaliação, apreciar tudo isso e só depois é que se poderia começar a falar do assunto.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr. Dr., então, isso significa que, apresentado um estudo sobre o futuro do BPN no início de 2009 pela administração do BPN, que implicava várias alternativas, feita a avaliação do Banco, concluída antes do primeiro semestre de 2009, que apontava para valores em volta destes 150 milhões, para utilizar um número redondo, nunca o Montepio voltou a ser contactado?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. António Tomás Correia.

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Houve diligências exploratórias — entendo-o assim — da parte do Dr. Francisco Bandeira acompanhado pelo Dr. Lourenço Soares, mas que não passaram de conversas, quase sem consequências, na medida em que nós não tínhamos

interesse na aquisição do Banco propriamente dito nos termos em que o negócio veio a ser definido.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr. Dr., eu ainda me estou a situar no período de um ano e meio antes do momento da privatização de 2010. Estou a situar-me no momento em que foi, pela primeira vez, realizada a tal avaliação que o Dr. Costa Pina, em 2008, dizia que era preciso primeiro avaliar, por causa das possíveis indemnizações aos acionistas da SLN.

Essa avaliação foi terminada antes do primeiro semestre de 2009 e eu perguntei-lhe se os senhores foram contactados pelo Governo ou por alguém responsável do BPN para saber se os senhores mantinham o tipo de proposta que tinham feito no final de 2008. Nunca foram contactados nesse sentido?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. António Tomás Correia.

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Nesse sentido, não; foi-nos perguntado, em momento anterior ao da disponibilização do caderno de encargos, se nós estávamos interessados na privatização do BPN, e eu respondi, em nome do Montepio, que o Montepio estava interessado na privatização do BPN.

Certamente que não discutimos o modelo, nessa altura — estamos a falar em 2009 ou 2010. Não discutimos o modelo...

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Em 2009.

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Não discutimos. Não houve discussão do modelo.

Para nós, nessa altura, até se podia colocar a hipótese de compra... Quando chegámos à conclusão que não tínhamos qualquer interesse na compra foi quando, comprado o caderno de encargos e analisados os dados no *data room*, chegámos à conclusão de que, para nós, não fazia qualquer sentido adquirir o Banco no seu conjunto.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Isso sucedeu em 2010?

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Isso sucedeu em 2010, no momento do primeiro processo de privatização.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr. Dr., se lhe pedisse para confrontar o perímetro colocado à privatização em 2010 e no processo de junho de 2011, o que é que diria?

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Não houve alterações significativas.

Havia a questão da capitalização, que estava diferente, havia a questão das transferências para veículos de um conjunto de ativos... Enfim, havia um conjunto de problemas que não estavam minimamente resolvidos na segunda fase de privatização.

Tenho pena de ser fastidioso, mas muito rapidamente diria que, na nossa análise, que consta, aliás, do *dossier* da nossa proposta, nós dizemos: «Há incerteza quando à recuperabilidade de 37 milhões de moedas comemorativas do Euro 2004; alguns dos depósitos estão cativos a

colaterizar operações de crédito; ausência de informação detalhada e desagregada sobre a análise de risco da carteira; incerteza quanto à possibilidade de *repricing* da carteira; estrutura de crédito com maturidade muito longa — 43% a mais de cinco anos; a carteira que o Estado propõe manter no BPN apresenta um *rating* baixo com uma grande parte a apresentar um grau especulativo — cerca de 67%; os *swaps* associados às operações de securitização deverão ser analisados à luz do impacto de transferência de ativos e passivos relacionados com as referidas operações; a não existência dos referidos ativos e passivos no balanço poderá determinar que alguns destes *swaps* passem a ser puros *swaps* de negociação...» — ou seja, passamos carteira para os veículos, mas há *swaps* associados e cria-se aqui um problema complicado, isso não estava resolvido — «... por não estarem economicamente relacionados.

Face à informação disponível, não foram efetuados testes à valorização, pelo que não nos foi possível determinar o seu impacto; incerteza quanto ao *timing* e risco de recuperação de 20 milhões de papel comercial da Cofina e da valorização das ações da Galilei SGPS e da SLN avaliadas em 1,5 milhões de euros; incerteza quanto à recuperabilidade de 596 milhões de aplicações em entidades relacionadas; apenas 8,9% dos imóveis das agências são de serviço próprio, sendo o remanescente arrendado ao BPN Imofundos e a particulares que, face à lei vigente, teria a premissa de denunciar os contratos de arrendamento; *right off* da aplicação de *front office* no valor de 1,6 milhões; o valor atual dos ativos intangíveis líquidos 0,945 milhões de euros deverá ser ajustado pelo valor atual do projeto que, em rigor, se desconhece; exclusão dos ativos a considerar de 35 milhões de euros relativos ao excesso de cobertura do fundo de pensões e perdas atuariais a diferir; dúvidas quanto à recuperabilidade de 14

milhões relativos aos quadros recebidos em dação» — os tais célebres quadro do Miró.

«Incerteza quanto aos depósitos, valor e propriedade face à reserva na certificação legal de contas. Considerando que o plano de liquidez assume a necessidade de renovação de 90% dos depósitos, este facto assume particular importância, especialmente se analisado em conjunto com a diferença de *pricing* entre o Montepio e o BPN.

Incerteza quanto ao montante a pagar a um terceiro em resultado do compromisso do BPN de recompra de, em números redondos, 12 milhões de ações da SLN; há um processo movido contra o Banco relativo a um compromisso de recompra de ações da SLN no montante de 19 milhões; o papel comercial da CGD, que se vence em outubro de 2011; prevê-se o *rollover*, mas em condições que desconhecemos; incerteza quanto à razoabilidade das previsões estabelecidas para as contingências identificadas,...», etc., etc...

Havia trezentos e não sei quantos milhões de ações judiciais variadíssimas contra o próprio BPN... Isto levantava problemas patrimoniais e de reputação enormes. Comprar este conjunto era envolvermo-nos numa caixa de Pandora... Nós não sabíamos o que é que iria sair dali.

O Montepio não podia, face ao conhecimento que tinha destas situações, envolver-se numa compra do Banco pura e simples, e foi por isso que abandonámos a ideia de compra, sempre, e entendemos que a nossa proposta não é comparável com quem quis comprar. Mas não sabemos se é melhor, se é pior, não estou em condições de fazer juízos de valor em relação a isso.

O que nos propúnhamos fazer — e, repito, era um negócio justo com o Estado... Nós não queremos ter ativos maus, queremos comprar ativos

bons, e pagamos por eles. Se os ativos que nós não queremos comprar, porque os consideramos maus, o Estado estará em condições de os vender, e nós próprios, num segundo momento, estamos disponíveis para analisar esse processo de compra, mas nunca o Banco.

Foi sempre esta a nossa posição a partir do momento em que analisámos os dados no *data room*, na primeira fase de privatização, e as nossas convicções não se alteraram um milímetro na segunda fase de privatização.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): - Sr. Dr., antecipou algumas respostas a perguntas que ia colocar-lhe, mas vou voltar um pouco atrás para precisar aqui uma comparação entre o perímetro a privatizar em 2010 e em 2011.

As diferenças são: uma tinha um preço mínimo, a outra não tinha preço mínimo; ambas tinham implícita ou explícita a recapitalização por parte do Estado; não estavam, nem em 2010 nem em 2011, incluídos no perímetro a privatizar os ativos transferidos para as «Par». Não sei se confirma isto ou não, pelo que queria que me confirmasse, de facto, qual era a diferença substancial do perímetro em 2010 e em 2011.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. António Tomás Correia.

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Sr. Deputado, não havia grande diferença. Vou repescar, da proposta do Montepio, o balanço da primeira fase de privatização.

Nas contas pró-forma de 2009, o total do balanço era de 4500 milhões, e nas contas pró-forma de 2010, o balanço era de 4399 milhões. Portanto, temos, praticamente, a mesma coisa em termos de balanço.

Diria que, em termos substanciais, nada mudou praticamente. Mudou o preço, claro. A partir do momento em que ninguém quis comprar a peça...

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Essa sua afirmação, e até o detalhe com que o faz, é extremamente importante. Porque já ouvimos aqui uma declaração ainda bem recente — aliás, da mesma pessoa que há pouco disse também que os senhores não iam a jogo por causa do Finibanco — que dizia que o perímetro posto à privatização em 2010 era substancialmente diferente do de 2011. E o de 2011 era muito mais atrativo, excluída a diferença de preço.

Segundo a sua opinião, o perímetro de privatização era, na substância, o mesmo. Muito obrigado pela sua informação.

Queria apenas confirmar a partir de que momento é que os senhores foram contactados pelo Governo ou por alguém mandatado pelo Governo para concorrer à privatização em 2011.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. António Tomás Correia.

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Em 2011? Creio que, em 2011, ninguém nos contactou formalmente para a segunda privatização. Ninguém.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Não foram contactados pela Caixa BI?

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Só durante o processo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — É pré-avisado de que ia haver um concurso?

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Não tenho presente.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Mas foram contactadas 30 entidades. Suponho que o Montepio também estaria incluído.

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Talvez nessas tais conversas informais, em que manifestei...



O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Contactos formais, Sr. Dr.

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Não, cartas não recebi.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr. Presidente, isto é importante e queria que ficasse claro.

Queria, pois, solicitar ao Sr. Dr. que fizesse uma recolha no Montepio no sentido de verificar se foram contactados formalmente por uma entidade a pré-avisar da realização do concurso até 20 de julho.

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Fá-lo-ei. Para a segunda fase de privatização, não tenho de memória qualquer contato.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — E nunca houve nenhum contato com o Dr. Francisco Bandeira ou com outro responsável do BPN ou da Caixa, entre dezembro de 2010 e abril de 2011, em que lhe dissessem que a intenção do Governo era voltar a colocar aquilo em privatização por venda direta?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. António Tomás Correia.

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Houve contactos informais comigo, por iniciativa do Dr. Bandeira, e agenciados pelo Dr. Lourenço Soares que conduziram a um encontro nosso, num jantar, onde foi comunicada uma segunda fase de privatização, e para indagar se o

Montepio mantinha o seu propósito. E foi-lhe comunicado que o Montepio analisaria na altura própria.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr. Dr., quando ocorreu isso?

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Não sei situar isso no tempo, mas deve ter sido algures entre janeiro/fevereiro de 2011.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Isso foi antes da demissão do Governo.

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Foi, foi.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Em que termos foi feita essa comunicação? Qual era a intenção do Governo? É capaz de reproduzir?

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Não foi propriamente uma comunicação, foi uma conversa muito informal.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Em que termos substanciais?

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Não foi mais do que isto que eu disse.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Vou perguntar-lhe diretamente: nessa conversa, o Dr. Francisco Bandeira disse-vos, a vocês, Montepio, em janeiro/fevereiro — segundo o que disse — que a intenção do Governo seria voltar a tentar uma privatização através de uma venda direta?

Este conceito veio para cima da mesa?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. António Tomás Correia.

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Não lhe posso garantir isso.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Conversaram sobre quê, Sr. Dr., em concreto, se é possível saber?

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Sobre a privatização, a segunda fase de privatização que iria ocorrer, sobre se o Montepio manteria o seu interesse. Respondi-lhe sempre que o Montepio estava interessado na privatização, mas nunca, sequer, lhe transmiti — já o tinha feito anteriormente — em que moldes estávamos interessados.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — E nunca foi caracterizado o modelo dessa nova fase de privatização?

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Não, não.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Nessa fase, nunca o Dr. Francisco Bandeira lhe comunicou que era intenção do Governo e do BPN promover a refundação do BPN e privatizar num período de entre três a cinco anos?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Dr. António Tomás Correia.

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Tenho uma vaga ideia de que sim, que essa era uma possibilidade.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Essa, entre outras. Quais eram as outras?

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Mas não me parece que essa fosse uma via que viesse a ter pés para andar.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Significa que não havia grande vontade de avançar por aí. É isso, Sr. Dr.?

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Não me parece.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Muito obrigado. Isso é importante, também, para caracterizarmos as opções do Governo.

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Mas isso é apenas um juízo, muito solto.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Eu sei, naturalmente. E vale o que vale.

Sr. Dr., vamos voltar à fase de privatização, porque dos detalhes da sua proposta há dois elementos que me escapam.

Tenho aqui os elementos da sua proposta. Falta-me... O Sr. Dr. nunca se referiu ao número de trabalhadores que pretendia levar com as agências.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. António Tomás Correia.

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Referi, sim.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Tenho-o aqui, mas só queria confirmar.

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — 350 trabalhadores.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr. Dr., 350 trabalhadores é um número aceitável para 200 agências?

O Sr. Dr. António Tomás Correia: — Era um número para negociar, Sr. Deputado, se chegássemos a essa fase.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — E foi comunicado ao Governo que era para negociar? Podia ser maior esse número? Pode-nos dizer até quanto?

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Tínhamos que analisar. Não chegámos a essa fase.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Mas 200 agências ou 220, pelo menos com três pessoas por agência...

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Sr. Deputado, propúnhamo-nos adquirir as agências todas, mas compreenderá que, de seguida, iríamos encerrar cerca de 120.

Encerrávamos as agências e mantínhamos os postos de trabalho. Aqueles trabalhadores que acompanhassem as agências, depois.... Porque tínhamos uma agência ao lado.

Esse era um assunto a negociar.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr. Dr., desejava voltar ao tema que a Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Catarina Mendonça levantou no início, e julgo que muito justificadamente. Isto é, os senhores, na segunda fase de privatização, questionam o Governo, afirmando que tencionam apresentar uma proposta que já aqui descreveu várias vezes. E a resposta do Governo é «essa proposta tem interesse para o Governo».

Nunca vos foi dito «não faça essa proposta porque não cai dentro do âmbito do concurso»?

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Não, nunca nos foi dito isso.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — O que vos foi dito foi o contrário.

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — O que nos foi dito, que me foi dito a mim, foi que entregasse a proposta e não desistisse de a entregar.

Aquando dessa minha conversa, a intenção era saber exatamente se, da parte do Governo, a leitura era no sentido de concluir que, não sendo uma proposta de compra e venda do Banco, a proposta iria ser eliminada à partida. Se era essa a ideia, não valia a pena estarmos a introduzir ruído no processo.

O que nos disseram foi «tem interesse a entrega da proposta», o que é diferente de a proposta ter interesse. Pelo menos na leitura que fiz.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Mas se fugisse ao âmbito do concurso, qualquer entidade responsável pelo concurso poderia dizer «não vale a pena entregar uma proposta nesse sentido, porque vai ser eliminada à partida».

É ou não legítimo concluir isto?

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — A única coisa que posso dizer e concluir é que me foi dito para avançar com a proposta.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — E avançar nestes termos.

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — E avançar nestes termos. Aliás, essa conversa foi acompanhada da entrega da proposta já na sua formulação final.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — O que tenho a dizer-lhe é que a Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado do Tesouro e Finanças disse-lhe a si uma coisa e a nós transmitiu-nos outra coisa diferente: transmitiu-nos que a proposta de candidatura que os senhores apresentaram não podia ser aceite porque os senhores não se propunham comprar o BPN, isto é, que os senhores, não se propondo comprar o BPN, estavam eliminados à partida, porque apresentaram uma candidatura que não fazia parte daquilo que estava em concurso. Foi essa a resposta e a informação que nos foi dada aqui.

Apenas por causa de um aparte aqui da bancada em frente, embora não tenha sido de nenhum Deputado, informo que comprar o BPN ou as ações do BPN é exatamente e rigorosamente a mesma coisa, como é evidente.

Sr. Dr., é evidente que, perante esta informação, em termos financeiros, o que o senhor se propunha fazer em nome do Montepio era dar 42,5 milhões de euros — porque se se diz que é entre 35 e 50, pelo que a média é 42,5 milhões de euros — e impedir ou evitar que o Estado gastasse 600 milhões de euros na recapitalização.

*Protestos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos manter a tranquilidade.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Além disso, Srs. Deputados...

Apesar do ruído, vou continuar até ao fim, porque o Sr. Presidente vai permitir que continue.

O Sr. **Presidente**: — Se faz favor.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Além disso, os senhores compravam os depósitos dos clientes, compravam as agências, ficavam com, pelo menos, 350 trabalhadores, só não levavam o crédito do Banco. Foi isso que concluí.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. António Tomás Correia.



*Vozes inaudíveis na gravação.*

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Tudo o resto, que é lixo. Nós já sabemos. E que podia ficar a ser recuperado nas «Par», tal como está a ser recuperado, hoje, nas «Par». É isso, Sr. Dr.?

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Quanto ao essencial, é isso.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Agradeço-lhe o seu depoimento. É muito interessante.

*Vozes inaudíveis na gravação.*

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Para além disso, ainda nos propúnhamos auxiliar na recuperação da parte má do Banco.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Estavam dispostos a colaborar?

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Sim.

O Sr. **Presidente**: — Terminou, Sr. Deputado Honório Novo?

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Terminei, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Dr. António Tomás Correia quer ainda acrescentar algumas palavras.

Faça favor.

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Sobre esta questão, para além das propostas que já li, dizia-se também: «Complementarmente às componentes que nos propomos adquirir, a Caixa Económica Montepio Geral predispõe-se desde já a assistir o Estado nas seguintes vertentes: definição de soluções alternativas com vista à alienação dos ativos e carteiras que forem transferidos para os veículos criados pelo Estado para o efeito; disponibilização de recursos e meios, nomeadamente através da utilização das estruturas especializadas e dos recursos humanos do Montepio, que apresentam uma elevada capacidade e conhecimentos ao nível da recuperação de créditos e/ou alienação de ativos. Este apoio poderá ainda ser consubstanciado em ações conjuntas para a recuperação dos ativos e/ou para análise da qualidade das referidas carteiras.

No âmbito da cooperação que o Montepio vem propor ao Estado, estamos disponíveis para adotar o modelo que vier a ser definido posteriormente pelo Estado, nomeadamente quanto à recuperação dos ativos transferidos para as PAR e quanto à delegação de competências a atribuir ao Montepio.»

Era isto que dizíamos, ou seja, o Estado definia como queria e nós colaborávamos com o Estado numa forma complementar nessas matérias.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr. Presidente, dá-me licença?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr. Dr., quero colocar mais uma pergunta.

Tenho uma síntese das vossas condições, da qual há um elemento que era importante detalhar. Os senhores faziam isso tudo com os preços que já vimos, com as poupanças que já verificámos, sem recapitalização, como também já verificámos, mas mantendo a disponibilidade para apresentar futuramente uma eventual proposta para compra global. O que é que isto significaria exatamente, ou seja, a cooperação com vista a eventual proposta global futura?

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Sr. Deputado, o que nós dissemos...

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Pode ter sido uma redação transcrita por mim... Isto significa o quê exatamente? É só a disponibilidade para cooperar na recuperação dos ativos?

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — É só isso, mas obviamente que nessa cooperação, a dada altura, podia ocorrer... Admito que haja carteiras de crédito que não sendo atrativas do ponto de vista da sua aquisição para o balanço de uma instituição têm valor, e admito que o Montepio pudesse, em conjunto com outros interessados, vir a formular no futuro propostas de aquisição de algumas carteiras de crédito, mas num processo já completamente diferente.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Vou dar um exemplo em tese, Sr. Dr.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, peço-lhe seja breve, até porque o Sr. Deputado João Semedo está à espera para intervir.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr. Presidente, vou só fazer uma pergunta exemplificativa, pedindo desculpa ao Sr. Deputado João Semedo.

Sr. Dr., se por acaso, neste processo de recuperação, o Montepio verificasse, por exemplo, que era interessante poder comprar o BPN Brasil, podia fazê-lo? Estaria nessa disposição?

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Se verificasse que era interessante, podia fazê-lo, claro.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr. Presidente, terminei.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sr. Dr., o seu depoimento, até agora, criou ao PSD e ao CDS, portanto, às bancadas que apoiam o Governo, um duplo e real problema, aliás, até diria mais, um realíssimo problema!

O primeiro problema é que o depoimento do Sr. Dr. destrói um argumento utilizado nesta Comissão e fora dela, um argumento recorrentemente utilizado por membros do Governo, isto é, que a proposta do Montepio Geral não queria comprar o BPN. Mas o problema não é este, o problema é que ninguém comprou o BPN. Esta é a questão!

O Sr. Dr. foi muito claro, disse «não nós queríamos comprar o BPN», foi muito claro, o problema é que ninguém o quis comprar.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O Sr. Deputado Honório Novo é que disse que comprar o Banco ou as ações do Banco é a mesma coisa!

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sr. Deputado, agradecia que me deixasse continuar com a mesma tranquilidade com que tenho estado aqui o dia todo a ouvir-vos.

O segundo problema, que não é menor, é conseguir explicar por que é que a proposta do Montepio Geral foi liminarmente excluída e a proposta do BIC foi liminarmente incluída, sendo certo, aduzindo e acrescentando a isto, que o Governo esteve meses a negociar com o BIC — meses! — e não teve 1 minuto para ouvir com mais detalhe a proposta do Montepio Geral. Este é o duplo problema que politicamente fica destas duas audições.

Portanto, eu gostaria de continuar a insistir nesta questão, porque esta é a questão de fundo: o Montepio Geral não teve oportunidade — isto hoje está claríssimo — de desenvolver a sua proposta! É certo que, nesse

desenvolvimento, a proposta podia não ser aceite, mas não se faça futurismo sobre uma coisa que não aconteceu.

Sr. Dr., não vou sair muito desta questão, sobre a qual vou colocar-lhe algumas perguntas muito concretas, porque no que respeita a especulação já estamos todos mais ou menos entendidos.

Sr. Dr., quando é que falou com a Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado e quando é que entregou a sua proposta?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. António Tomás Correia.

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Eu diria que se não foi na véspera foi na antevéspera da entrega das propostas.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Isso foi mais ou menos quando? Tem ideia da data?

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Não sei, mas os senhores sabem qual era a data limite para a entrega das propostas; não sei de memória quando é que isso aconteceu. Sei que foi em julho de 2011, mas o dia exato não posso precisar.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sr. Dr., acha que poderá indicar-nos essa data posteriormente, consultando outros documentos, a sua agenda ou qualquer outro elemento?

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Às vezes, estes aparelhos ajudam-nos... Vou ver, pode ser que tenha aqui a data.

*Pausa.*

Sei que foi num fim de tarde, mas não posso dizer-lhe exatamente o dia.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sr. Dr., não ocupe mais tempo com isso.

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Se este for um elemento importante, poderei escrever, depois, uma carta à Comissão sobre o contato formal e vou procurar apurar a data.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Agradeço-lhe, Sr. Dr.

O Sr. **Presidente**: — Mais tarde iremos abordar esse tema e pedir-lhe que nos indique a data, Sr. Dr.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Continuando, quando entregou a proposta do Montepio Geral foi-lhe dito se já havia outras candidaturas e, se lhe disseram isso, foi-lhe indicado quais?

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Não, não!

O Sr. **João Semedo** (BE): — Mas o Sr. Dr. apercebeu-se de que havia outras candidaturas, com certeza.

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Havia notícias nos jornais, mas não sei se haveria outras candidaturas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sr. Dr., recuando um bocadinho no tempo, quando se concluiu o primeiro concurso com a ausência de candidaturas e de candidatos, na sequência do fracasso desse concurso, algum administrador da Caixa Geral de Depósitos ou algum membro do Governo o sensibilizou para a possibilidade da existência de um segundo concurso, já na forma de venda direta?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. António Tomás Correia.

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Não, não. A conversa que tive, e foi uma conversa informal, foi com o Dr. Bandeira a instâncias do Dr. Lourenço Soares.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Num jantar!

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Sim, num jantar. Ele tinha grande dificuldade de agenda, pelo que combinámos um jantar, e falou-se. Admito que isso estivesse presente, mas de uma forma formal, precisa, não.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.



O Sr. **João Semedo** (BE): — Sr. Dr., o Montepio Geral foi formalmente convidado a participar neste segundo concurso?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. António Tomás Correia.

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Não tenho ideia de um convite formal, para além dessa conversa e da possibilidade de haver um segundo concurso, mas vou mandar verificar nos arquivos do Montepio se existe alguma comunicação formal da Caixa BI sobre essa matéria. Não tenho memória disso, e era natural que tivesse.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sr. Dr., como é que se apercebeu de que a sua proposta tinha sido excluída?

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Pelos acontecimentos.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Quais acontecimentos?

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Então, apercebi-me de que houve conversas com dois candidatos e nós não fomos convocados para qualquer conversa, portanto, a conclusão foi rápida e simples.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Mas houve formalmente alguma comunicação?

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Não, não!

O Sr. **João Semedo** (BE): — O Sr. Dr. reagiu a essa forma de tratar o Montepio Geral, ou não?

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Não, não reagi. Aliás, devo referir que quando me encontrei com a Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado lhe disse «ok, então vamos entregar a proposta, de acordo com a sugestão que me faz, mas se da análise jurídica que vier a ser feita se concluir que a proposta não se enquadra, não resultará qualquer acrimónia por parte do Montepio em relação a esse aspeto».

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sr. Dr., faço-lhe uma pergunta com grande sinceridade, porque acho isto estranhíssimo: acha natural que, tendo apresentado uma candidatura — aliás, o Montepio Geral não foi o único excluído, houve outros candidatos igualmente excluídos —, a exclusão não lhe tenha sido, por um lado, comunicada e, por outro lado, justificada?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. António Tomás Correia.

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Comunicada, por uma questão de delicadeza, talvez devesse ter sido; justificada, eu não precisava de justificação alguma.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Mas se a Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado lhe tinha dito uns dias ou umas semanas antes que a proposta do Montepio Geral fazia sentido e que valia a pena entregá-la, não acha que se justificaria uma explicação dos motivos que levaram à exclusão da proposta?

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Não acho. Estamos em contextos diferentes. Quando tivemos a conversa, provavelmente ninguém tinha como garantida a entrega de qualquer proposta, e eu não tenho dúvida nenhuma de que se não existisse qualquer outra a proposta do Montepio tinha sido uma coisa absolutamente extraordinária, porque permitia encontrar um caminho e uma solução para o problema. A partir do momento em que existem propostas que respondem exatamente ao concurso, a proposta pode ser menos interessante ou nada interessante.

Obviamente que não falámos sobre isto, mas tenho para mim que o incentivo para entrega da proposta — creio que já o disse em resposta à Sr.<sup>a</sup> Deputada — é neste sentido: «Bom, o melhor é incentivar a entrega, porque se não houver nenhuma outra temos aqui uma solução». Admito que tenha sido assim, mas estou a especular porque isto não resulta de qualquer conversa ou troca de impressões.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Portanto, quase pode concluir-se — e agora faço uma referência elogiosa à comunicação social — que se não houvesse comunicação social o Sr. Dr. até hoje poderia desconhecer o que se tinha passado com a proposta do Montepio Geral.

*Risos do Dr. António Tomás Correia.*

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Enfim, a minha informação não decorre só da leitura dos jornais ou de ouvir os noticiários, tenho outro tipo de informação, e certamente saberia que a proposta tinha sido desconsiderada.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sr. Dr., insisto: bem sei que a banca tem alguns procedimentos diferentes dos procedimentos habituais noutras áreas de atividade, mas então como é que soube que a sua proposta tinha sido excluída?

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Em bom rigor não soube que foi excluída, na prática não foi considerada, e verifiquei isso pelo desenrolar do processo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sr. Dr., desculpe a minha insistência. Percebo que para a administração do Montepio Geral e para o Sr. Dr. em particular esta é uma prática natural (portanto, concorreram, não foram aceites, foram excluídos, o processo continuou, o Sr. Dr. soube que ele tinha continuado, o BIC começou a negociar com o Governo e o Sr. Dr., como todos os portugueses minimamente informados, soube disso), mas tem consciência de que o BIC e o Governo negociaram meses a fio. O Sr.

Dr. não tem hoje a sensação de que foi preterido na forma como foi tratado, na forma como o Montepio Geral foi tratado?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. António Tomás Correia.

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Sr. Deputado, creio já ter dito — e volto a maçar os Srs. Deputados com esta resposta — que, quando decidimos elaborar uma proposta e entregá-la, tínhamos, no Montepio, a clara consciência de que ela não correspondia aos termos definidos para a reprivatização do Banco, para a venda do Banco, se quiser. Tínhamos essa consciência.

Sabíamos também que este era o primeiro *dossier* após a intervenção da troica que tinha de ser resolvido, estava devidamente calendarizado, e nós, no Montepio, temos também um certo espírito de missão. Não somos propriamente um banco, somos uma instituição que emana da sociedade civil, somos constituídos por pessoas e temos também uma grande consciência nacional, e o Montepio entende que há coisas em que deve também colaborar ativamente.

Ora, na reflexão interna que fizemos em relação a este processo, entendemos que o Montepio, face ao quadro que estávamos a viver, não podia deixar de apresentar uma solução que, não correspondendo às regras definidas para a resolução do caso BPN, poderia ser um instrumento para resolver o problema e procurámos trabalhar uma proposta que fosse justa, uma proposta que não nos trouxesse problemas patrimoniais, uma proposta que consubstanciasse uma contrapartida financeira para o Estado razoável em função dos ativos a adquirir, mas, sobretudo, uma proposta que não deixasse o País, no primeiro caso que tinha de ser resolvido por calendário, sem uma solução.

Foi isto que nos motivou e isto consta da nossa proposta, ou seja, esta afirmação consta da nossa proposta, da declaração de motivos por que apresentámos a proposta. Foi isso.

Não ficámos tristes pelo facto de termos sido excluídos — obviamente que fomos excluídos! — nem ficámos eufóricos pelo facto de

termos sido excluídos. Entendemos que demos genuinamente um contributo, entendemos que esse contributo era vantajoso para o Estado e para o contribuinte. Não foi considerado. Não restou, no Montepio, acrimónia em relação a isso.

Se me pergunta, e tenho muito gosto em responder, se deveria ter havido pelo menos um telefonema, dizendo «olhe, na sequência de tudo isto, a sua proposta não foi considerada», acho que devia ter havido. Não houve. Daí também não resulta qualquer acrimónia. Não houve. Às vezes, as pessoas esquecem-se de determinados pormenores, mas ninguém morreu por isso.

Agora, nós agimos em função daquilo que é a nossa consciência enquanto instituição da economia social, entendemos que prestámos um bom serviço ao País e entendemos que ele podia ser muito mais valioso para o País se o concurso, tal como aconteceu da primeira vez, tivesse ficado vazio.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Semedo, faça favor.

O Sr. **João Semedo** (BE): — O que o Sr. Dr. acabou de dizer, de exprimir, de traduzir acerca da atitude do Montepio Geral é cada vez mais contrastante com a atitude que o Governo teve. É exatamente isso que eu queria sublinhar.

Repare, Sr. Dr.: objetivamente, o que o Governo pretendia neste segundo concurso era bastante diferente daquilo que o Montepio Geral apresentava como proposta, mas quero lembrar, e por isso estranho a atitude do Governo, coisa que seguramente o Sr. Dr. sabe melhor do que eu até, que entre a proposta do BIC e a posição do Governo também havia diferenças acentuadíssimas.

Há poucos dias ouvimos o Eng.º Mira Amaral referir-se ao problema do fundo de pensões, ao problema da contratação coletiva *versus* acordo de empresa, enfim havia diferenças significativas, e o que acho espantoso é que, num caso, as diferenças significativas serviram para excluir, como disse há pouco, liminarmente, e noutro caso, apesar das diferenças significativas, houve uma inclusão liminar. É isto que quero sublinhar e que julgo que as suas palavras acabam por atestar.

É evidente que reconheço que não estava à espera que a administração do Montepio Geral se transformasse num conjunto de «calimeros» a derramar lágrimas pela exclusão, seguramente que não. Agora, é evidente que há aqui uma diferença de tratamento que é tão contrastante quanto à atitude com que o Montepio Geral se empenhou e desenvolveu neste concurso que mereceria, do meu ponto de vista, outra resposta e outra atitude por parte do Governo.

Não tenho mais nenhuma pergunta e queria agradecer ao Sr. Dr. António Tomás Correia os seus esclarecimentos, que foram bastante importantes, do meu ponto de vista.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. António Tomás Correia, quer ainda dar algum esclarecimento?

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Como falei na proposta, já agora, se me permite, Srs. Deputados, vou ler.

Depois de enunciar os vários riscos, e alguns já referi, dizíamos o seguinte: «Face ao exposto,...» — e era esta a nossa convicção — «... estamos convictos de que nenhuma entidade deverá estar em condições, no âmbito deste processo de reprivatização, de apresentar uma proposta enquadrada no objetivo do Estado, ou seja, a venda de 100% das ações



representativas do capital do BPN, sem incluir as devidas salvaguardas patrimoniais.» Esta foi a nossa conclusão.

«Esta nossa posição é ainda consubstanciada na análise da informação que nos foi disponibilizada e que nos permitiu concluir pela existência de elevados riscos, principalmente ao nível da liquidez, capital, crédito, taxa de juro, e ainda reputacional, resultante de eventuais ações contra o BPN.

Assim, entendemos que, nas circunstâncias atuais, a viabilidade das propostas a avaliar por qualquer entidade que se apresente neste processo de reprivatização está necessariamente dependente dos seguintes fatores principais: nível de alavancagem e um rigoroso plano de liquidez, de forma a existir um prudente *gap* de tesouraria para acomodar os efeitos da volatilidade dos principais indicadores nacionais e macroeconómicos;...» — a avaliar pelas notícias da imprensa, isto foi amplamente discutido e salvaguardado pelo comprador — «... eliminação de efeitos patrimoniais negativos, com principal destaque para o crédito sobre clientes cujo nível médio é manifestamente baixo e com risco potencial elevado;...» — também sabemos que isto se verificou e se concluiu no quadro negocial — «... avaliação aprofundada dos aspetos legais e fiscais.

Uma vez que o denominado ‘processo BPN’ implicou um aumento significativo das contingências, consideramos que qualquer comprador prudente terá, necessariamente, que impor cláusulas de salvaguarda e, conseqüentemente, mecanismos de acerto ao preço da transação.

Considerando que, caso venham a ser apresentadas propostas de aquisição para 100% das ações do BPN, os potenciais compradores deverão, no mínimo, acautelar os aspetos acima mencionados, esta situação prolongará a intervenção do Estado neste processo e poderá produzir ruído

sistémico numa altura em que a troica pretende concluir os planos de desalavacagem de todos os bancos.

Julgamos que, desta forma, poderão estar criadas as condições para que o Estado possa concretizar a operação em circunstâncias claramente desvantajosas para o défice público e, conseqüentemente, para todos os contribuintes, razão pela qual a Caixa Económica vem, através deste documento, formalizar a sua proposta, que claramente apresenta como uma solução mais racional, prudente, conservadora e equitativa.

Neste sentido, à luz das atuais condições, apresentamos a proposta.»

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Semedo, faça favor.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Tem a data desse documento?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. António Tomás Correia, faça favor.

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — É de julho. É a proposta que apresentámos.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Semedo, faça favor.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sim, mas qual é a data de entrega desse documento? Não tem a data?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. António Tomás Correia, faça favor.

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Digo-lhe na cartinha que enviar... porque ela foi capeada com uma carta.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Dr. António Tomás Correia já prometeu que o fará.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Soares para colocar as suas questões.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Presidente, quero começar por cumprimentar o Sr. Dr. António Tomás Correia, agradecendo-lhe todos os contributos que já trouxe à Comissão.

De facto, estamos desde manhã em audições e, pese embora já estarmos cansados e, alguns de nós, saturados também, acho que não podemos concluir forçosamente aquilo que o senhor ainda não disse.

Porém, há algumas coisas que o senhor já disse que importa voltar a sublinhar e a primeira pergunta que farei é a seguinte, para que fique muito claro: quem é que, aqui, hoje, já disse que o Montepio Geral nunca esteve interessado em comprar o BPN?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. António Tomás Correia, faça favor.

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Disse eu, Sr. Deputado. Após a análise dos elementos no *data room*, na primeira privatização, concluímos que, para nós, o BPN não era adquirível, não era comprável.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Soares.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Parece-me que essa sua expressão, que registei logo no início, só terá sido registada por mim, o que muito me espanta.

*Protestos do Deputado do BE João Semedo.*

Agora, sim, percebo o ruído... Sr. Deputado João Semedo, como vê, não ficamos incomodados com as suas perguntas, ficamos absolutamente satisfeitos quando as respostas são aquelas que são e não aquelas que, se calhar, o Sr. Deputado queria ouvir.

Continuando, diria o seguinte: o Sr. Dr. António Tomás Correia acabou de repetir agora que o Montepio Geral nunca esteve interessado na compra do BPN, atentas as condições que foram propostas para a compra. Perguntava-lhe se essa é, de facto, a razão pela qual o primeiro concurso ficou deserto.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. António Tomás Correia, faça favor.

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Com certeza, Sr. Deputado. O primeiro concurso ficou deserto porque aquilo não era comprável. E antecipando, provavelmente, diria que o segundo, de acordo com o nosso ponto de vista, enfermava da mesma situação.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Hugo Soares, faça favor.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Dr., para que fique claro e isto já foi respondido bastas vezes nesta Comissão, perguntava-lhe se se recorda — e recorda-se certamente, até porque consegue localizar no tempo, pelo menos de forma lata — quem é que fez as regras do último concurso ao qual o Montepio Geral apresentou uma proposta.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. António Tomás Correia, faça favor.

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Não faço ideia!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Soares.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Qual dos governos?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. António Tomás Correia, faça favor.

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Qual dos governos?!... Isso é só uma questão de olhar as coisas no tempo... Creio que foi o Governo anterior.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Soares.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Dr. É importante que se saiba que as regras do concurso a que o BIC apresentou uma proposta, a que o NEI apresentou uma proposta, a que o Montepio Geral apresentou uma proposta, foram regras feitas pelo anterior Governo.

Sr. Dr., queria deixar claro que estas minhas perguntas, que podem parecer, por um lado, capciosas e, por outro, evidentes, são muito importantes.

Sei que o Sr. Dr. é uma pessoa muito inteligente e percebeu, como todos os que estamos aqui, aquilo que o Srs. Deputados que estão sentados à minha frente tentaram fazer. Tentaram fazer uma coisa muito simples: tentaram demonstrar que o BIC foi escolhido para negociar com o Governo, de alguma forma, porque foi privilegiado e eu, nas perguntas que

lhe vou fazer, quero que o Sr. Dr. responda com toda a franqueza e honestidade, como tem feito até aqui, para retirar qualquer suspeita de algumas mentes perniciosas, se me permitem a expressão, com toda a amizade e carinho.

Sr. Dr., perguntava-lhe ainda o seguinte: o Sr. Dr. já disse que apresentou uma proposta. Leu-a até, e acho que fez um grande favor à Comissão, embora ela faça parte do espólio documental, e aquilo que pergunto, porque também aqui houve má interpretação — é pena que neste momento não esteja aqui o Deputado João Semedo — e para que não se confundam as coisas, é se foi ou não vendida ao BIC a totalidade da percentagem de ações do BPN.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. António Tomás Correia, faça favor.

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Não sei. O que sei é da comunicação social e parece que sim.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Ou seja, ao contrário do que o Sr. Deputado João Semedo tentou induzir, o BPN foi efetivamente vendido e aquilo que se passou foi que, como o senhor já teve oportunidade de dizer, o Montepio Geral não tinha interesse em comprar o BPN.

Sr. Deputado Honório Novo, deixe que lhe diga que temos de ser rigorosos e vou passar a citar, até para que o Sr. Dr. também não fique com a mínima dúvida, um extrato da ata da Comissão de Inquérito em que foi ouvida a Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado do Tesouro, que disse o seguinte: «já expliquei que, relativamente à proposta do Montepio, não houve disponibilidade por parte do Montepio para se oferecer para comprar o Banco. A proposta que tinha era distinta, e podia ser uma opção a

considerar. Ou seja, num cenário de liquidação, estaria ali um potencial candidato para a venda de alguns ativos, mas o que nós tínhamos em cima da mesa e sobre o que tínhamos de decidir naquele momento era a venda das ações do Banco e, objetivamente, essas propostas é que tinham de ser consideradas.» *Ipsis verbis* a ata da Comissão de Inquérito.

Sr. Dr., aproveitava este extrato e apelava, até, à sua experiência como gestor para lhe perguntar o seguinte: faz ou não sentido que a Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado, sem saber quantas propostas iriam surgir e tendo um calendário, imposto pela troica, para vender o BPN, e na possibilidade de não aparecer qualquer comprador que estivesse disponível para fazer aquilo que se pode dizer, em linguagem mais popular, «do mal o menos», e tentar aproveitar a proposta que o senhor apresentou, tenha dito: «Faz favor de apresentar a proposta», como é evidente?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. António Tomás Correia.

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Sr. Deputado, já respondi a isso, por outras palavras talvez, mas exatamente nesse sentido.

Nessa altura, a Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado não sabia se existiriam propostas ou não e, provavelmente, viu, nesta ideia do Montepio, se quisesse, ou nesta proposta que lhe entreguei quando estive com ela, uma possibilidade de resolver o problema.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Soares.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Eu diria mais. O Sr. Dr. não disse, mas vou eu dizer, porque não é mentira, é factual, que é evidente que até do ponto de vista jurídico, a Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado não poderia induzir nenhum dos concorrentes a não apresentar proposta, como é evidente, como é, aliás, de lei.

*Protestos da Deputada do PS Ana Catarina Mendonça.*



Sr. Dr., queria voltar a colocar-lhe algumas questões. Já vi que esta audição está a criar algum sururu daquele lado, mas nós vamos até ao fim.

Sr. Dr., perguntava-lhe também o seguinte: é verdade ou não que a proposta de compra do BIC, que já aqui apresentou os argumentos para ter feito aquela proposta, ou seja, tinha interesse em entrar no mercado porque também queria surgir como um banco de retalho em Portugal, é uma mais-valia por força de ser mais uma instituição bancária no mercado português, introduzindo mais crédito na economia, coisa que, na verdade, se o Montepio ficasse com as agências não poderia fazer, porque já estava no mercado e tem as circunstâncias e as condicionantes que todos sabemos?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. António Tomás Correia.

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Sr. Deputado, não estou em condições de responder diretamente à sua questão. Não posso, hoje, visar isso. O BIC, depois da aquisição, tem a dimensão que tem e não me parece que contribua decisivamente para o crescimento do crédito à economia.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Não foi isso que eu disse.

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Então, entendi mal.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Soares.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Eu não disse que contribuiria decisivamente para a economia. Perguntei, sim, se, estando mais uma

instituição como o BIC no mercado português, havia ou não (e fazia apelo à sua qualidade de Presidente do Montepio Geral), uma introdução de um novo crédito na economia, por força da entrada de uma nova instituição bancária. Mas terá oportunidade de me responder a seguir.

Se me permite, continuaria para lhe fazer uma pergunta. Parece-me que houve algum cuidado em não a fazer mas, da nossa parte, fazemo-la abertamente até porque acho que é a pergunta que responde a muitas das dúvidas.

Sr. Dr., sabendo o que sabe hoje, conhecendo todas as negociações que o BIC fez, entretanto, voltaria atrás e apresentava, tal qual como o BIC apresentou, a proposta que o BIC apresentou? Ou seja, sabendo o que sabe hoje, comprava, da mesma forma como o BIC comprava, o BPN?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. António Tomás Correia.

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Vou repetir o que já disse. Continuo hoje a pensar que não fazia qualquer sentido para o Montepio adquirir as ações do BPN.

Na nossa visão, o BPN comporta um risco reputacional, diria que até comporta riscos patrimoniais, porque posso comprar um banco com ativos contingentes, tenho o direito de os devolver ao Estado e este paga-me o respetivo valor, mas esse pagamento pode não ocorrer em simultâneo com a devolução e o proprietário do banco tem de provisionar nas suas contas a respetiva contingência, o que pode gerar dificuldades que se traduzem em dificuldades de natureza patrimonial. Mas não é essa a questão decisiva. Para nós, a questão é reputacional.

O Montepio entendeu, a partir do momento em que tomou contacto com todos os dados do BPN na primeira privatização, que não se alteraram quanto ao essencial na segunda, que os riscos reputacionais eram elevados para a nossa marca e, portanto, não podíamos envolver-nos na compra.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Soares.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Dr., agradeço-lhe os esclarecimentos. Julgo que esta sua resposta terá tranquilizado as tais mentes que eu há pouco referia, em tom de brincadeira e de forma absolutamente respeitosa.

Vou deixar uma última pergunta, porque também é importante, do ponto de vista social, que fique aqui também claro. O Sr. Dr. já disse que a sua proposta, a do Montepio Geral, considerava ficar com alguns balcões e também com algum número de funcionários. A verdade é que, desde logo, na proposta inicial do BIC, este Banco assumia ficar com mais funcionários do que o próprio Montepio. O Sr. Dr. disse, e bem, há pouco, que não tinha interesse e que, por isso, não queria comprar o BPN numa lógica de contenda judicial, numa lógica de rescisões com trabalhadores, numa lógica a que chamou, e bem, de reputacional.

Bem sei que é uma evidência, mas pergunto-lhe se é verdade ou não que a sua proposta, comparada com a do BIC, não tem um diferencial de 350 para 750 trabalhadores, ou seja, de 400 trabalhadores que, se a proposta do Montepio fosse aceite, teriam ficado imediatamente no desemprego.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. António Tomás Correia.

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — A nossa proposta tinha uma base. Devo dizer que, na conversa com a Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado, a base que lhe indiquei era o mínimo de 500. Mas era uma base de trabalho para negociar.

Portanto, não lhe vou dizer se, no final...

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Não percebi! Importa-se de repetir esse elemento?

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Na conversa que tive com a Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado e no documento que lhe entreguei referia um número de 500 trabalhadores, mas sempre foi dito que se tratava de uma base para negociar. Não sei, no final, com quantos trabalhadores ficaríamos. Isso era um assunto a ver em sede de negociações, como, aliás, aconteceu com a proposta do BIC, que também foi uma proposta que foi ajustada ao longo do tempo.

**Vozes do PCP e do BE**: — Oh!...

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Por conseguinte, Sr. Deputado, não se pode estar a comparar, também nesse aspeto, aquilo que nós nos propúnhamos fazer com os resultados finais das negociações com o BIC. Tal como considero abusivo dizer que a proposta do Montepio é melhor ou pior, estar agora a comparar o resultado de uma negociação com o resultado de uma proposta inicial também é abusivo. Não podemos ir por aí.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Soares.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Estou totalmente de acordo e respeito, evidentemente, a sua opinião tanto neste assunto como em outros e espero que também todos façam o mesmo, que tomem tanto em consideração as suas respostas anteriores como esta.

Uma última pergunta: alguma vez o Montepio pensou, ponderou, impugnar a venda ao BIC?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. António Tomás Correia.

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Não, Sr. Deputado. Nem pensar nisso, nem pensar nisso!

O Sr. **Presidente**: — Terminou, Sr. Deputado Hugo Lopes Soares?

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Presidente, quero apenas agradecer a forma absolutamente clara, concisa e espontânea como o Sr. Dr. António Tomás Correia respondeu às perguntas que lhe foram colocadas.

O Sr. **Presidente**: — Para uma segunda ronda, tenho já a inscrição dos Srs. Deputados Pedro Nuno Santos, João Semedo, Honório Novo e João Pinho de Almeida.

Nesta segunda ronda, haverá um conjunto de questões, que depois serão respondidas em conjunto, por último, pelo Sr. Dr. António Tomás Correia.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Nuno Santos.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Dr. Tomás Correia, o senhor disse que o Montepio retirou-se do negócio porque não queria comprar o Banco e aqui reafirmou que a razão principal para não comprar o Banco era o risco que o Montepio corria do ponto de vista reputacional. Essa foi a razão para não querer ir ao negócio.

Disse também que havia razões patrimoniais, que era até importante explorarmos um pouco essa questão. Um antigo administrador do BPN, que se demitiu em divergências com o atual Governo quando o Ministério das Finanças assumiu a liderança do processo de venda do BPN ao BIC, o Dr. Lourenço Soares, disse...

*Pausa.*

Peço-vos desculpa, mas não se trata aqui de defender o Governo do PS ou de defender o Governo atual. Pelo menos, nós não estamos nesse registo!

O Dr. Lourenço Soares disse que o BIC foi mais inteligente do que o Montepio, na medida em que também não queria o Banco todo, mas fez uma proposta para comprar. Como o Montepio não fez uma proposta para comprar, deixou de estar na negociação, mas foi já na fase negocial que o BIC, sozinho, conseguiu delimitar o perímetro que lhe interessava comprar. Isto é, o BIC acabou por ficar com aquilo que o Montepio queria comprar: ativos, depósitos, balcões, meios de pagamento, imóveis, e ficou também com créditos. Mas, como disse o Dr. Tomás Correia ainda há pouco, com uma grande possibilidade de transferir os maus para o Estado. Não sei se

usou a expressão «maus», mas os créditos que não interessavam. Vamos chamar maus, porque é mais fácil.

O Deputado Hugo Lopes Soares já fez a pergunta, que eu também gostaria de fazer, no sentido de saber se teria ponderado «ir a jogo» se soubesse que comprar o Banco significaria, na prática, ficar com aquilo que o BIC acabou por ficar. Não precisa de responder, porque já disse que não ia porque não queria ficar com o ónus reputacional de comprar o Banco.

Do ponto de vista patrimonial para o Estado, porque nós todos também queremos saber e aferir se foi o melhor negócio que o Estado podia fazer...

*Protestos do Deputado Hugo Lopes Soares.*

Peço alguma calma, Sr. Deputado Hugo Lopes Soares, porque temos de perceber se o Estado podia ou não ter feito o melhor negócio.

Foi aqui dito e é sistematicamente referido o Memorando, que deve ser cumprido, somos todos pessoas de bem. Todos os compromissos do Estado devem ser cumpridos e obviamente que quando há interesses que entram em conflito, o Estado deve fazer opções.

Tendo em conta que o Estado português passou à fase negocial apenas com uma única entidade, obviamente que isso reduz o poder negocial do Estado e aumenta o poder negocial do único privado que estava «a jogo», para usar a expressão do Eng.º Mira Amaral.

Obviamente que, se havia uma data acordada no Memorando para vender o Banco até uma determinada data, não passará pela cabeça de ninguém aqui presente que essa venda fosse feita ao desbarato, só porque tínhamos acordado uma data e, custasse o que custasse, essa data era mais importante do que acautelar o interesse do Estado. Não! Obviamente que,

nestas matérias, há interesses em conflito, e o Estado português deve ponderar os diversos interesses.

Portanto, é óbvio que, havendo um compromisso de uma data, há um compromisso muito maior com os portugueses, que é o de acautelar o interesse do Estado.

Gostava que me desse a sua opinião sobre se, de facto, negociar com apenas um interlocutor diminui ou não a capacidade negocial de um Estado e se, em relação à proposta que o Dr. Tomás Correia faz e que, na prática, poderia dar ao Montepio a possibilidade de ficar com, sensivelmente, o mesmo com que acabou por ficar o BIC, se as coisas não tivessem sido feitas de outra maneira, o Montepio não teria continuado, não teria sido mais um parceiro de negociação e assim termos conseguido, provavelmente, para o Estado, uma melhor situação. Isto porque o que também nos disse aqui foi que tinha uma proposta que era vantajosa para o Estado. Disse: «Não sei se a nossa teria sido pior ou melhor que aquela que acabou por vingar». Deve saber, mas não quer, obviamente, dar a sua opinião sobre esse caso em particular.



Mas se não tivesse sido impedido de passar à fase negocial, se o Estado estivesse estado disponível — a única coisa que o Governo aceitava era a venda do Banco —, não se sabe se não teria «ido a jogo», para usar a expressão do Mira Amaral, e se, provavelmente, não teria disputado o valor que o BIC acabou por oferecer ao Estado português.

Na realidade, ficando o BIC com depósitos, com balcões, com meios de pagamento, com imóveis, com a possibilidade de transferir os maus créditos do Estado, parece que aquilo que o administrador do BPN Dr. Lourenço Soares disse tem algum sentido.

O BIC foi mais inteligente que o Montepio na medida em que também não queria o Banco todo, mas fez uma proposta para comprar tudo, e foi na fase negocial, já sozinho, que conseguiu delimitar o perímetro que lhe interessava comprar.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Desejava fazer uma pergunta rápida sobre o seguinte: não teria sido necessário que o Governo, antes do segundo concurso, tivesse feito uma nova avaliação ao valor do BPN ou, pelo menos, tivesse procedido à atualização das anteriores avaliações? Isto porque, entretanto, entre umas e outras, tinha decorrido praticamente um pouco mais de um ano ou até pouco mais de um ano.

Gostaria de ouvir a sua opinião enquanto pessoa conhecedora deste tipo de processos.

Não queria terminar esta audição sem manifestar a minha surpresa em relação ao seguinte: nesta Comissão, muito se tem falado dos trabalhadores do BPN, o que não deixa de ser caricato, porque quem fala desses trabalhadores apoia um Governo que já despachou 240

trabalhadores para o desemprego. Não deixa de ser interessante essa vossa preocupação. Mas, enfim, são pormenores da política.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr. Presidente, também em jeito de remate final desta audição...

O Sr. **João Semedo** (BE): — Com o pé esquerdo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Com o pé esquerdo, naturalmente, diz o Deputado João Semedo, e com razão. Aliás, acho que vou usar os dois pés, se me permitir...

Já procedemos a uma série de audições e, de facto, o depoimento do Dr. António Tomás Correia, introduziu aqui alguma novidade no sentido de contrariar algumas teses que tinham sido geradas, que se tinham desenvolvido e que queriam criar raízes. Mesmo que as raízes fossem curtas, mesmo que as raízes fossem fracas, queriam criar raízes a todo o custo. Uma delas era a de que, não sendo um valor justo, a venda ao BIC era a única possível, a que causou menos prejuízos ou a que foi a mais vantajosa para o Estado.

Começamos a perceber que esta tese carece de demonstração. E penso que aquilo que o Sr. Dr. António Tomás Correia acaba de nos transmitir hoje é a primeira pedra na destruição, no desmantelamento desta tese.

É verdade que, para obscurecer o que o Sr. Dr. António Tomás Correia disse durante esta reunião, vale tudo. Até vale citar atas da Dr.<sup>a</sup> Maria Luís Albuquerque, Secretária de Estado do Tesouro e das Finanças,

como se a citação desta ata arrasasse, eliminasse — é o termo correto — tudo o que o Dr. Doutor disse aqui hoje. Infelizmente para quem usa este argumento, não arrasa nem elimina.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Não, não!

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Felizmente para nós, que estamos preocupados em avaliar todos os ângulos que nos permitam encarar a verdade dos factos, não elimina. E ainda bem que não elimina.

De facto, parece-me mais que claro que a estratégia da Secretária de Estado até se pode compreender. Na sequência do «*find a buyer*», isto é, do Memorando da troica, lhe tenha sido acalentada a iniciativa de apresentar a proposta, porque — pensava ela —, se nada ocorresse, se não houvesse outros candidatos, sempre tinha a sua proposta para se servir. Esta é que é a verdade, Sr. Dr.

Apesar de ser verdade, ou, melhor, de ser provavelmente a verdade — para não utilizar uma palavra perentória —, o certo é que a Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado não tinha nenhuma impossibilidade legal de o advertir a si, concorrente, daquilo que podia acontecer no concurso.

Não havia nenhuma impossibilidade legal de o dono do concurso advertir um concorrente, dizendo-lhe: «O senhor está a dizer-me que vai apresentar uma proposta parcial de compra de agências, mas está a dizer-me que não vai apresentar uma proposta de compra do Banco. Então, Sr. Dr. António Tomás Correia, tem duas hipóteses: uma é não concorrer, porque vai correr o risco de ser eliminado, e a outra hipótese é a de que só aceitarei a sua proposta se não houver outros concorrentes. Se houver outros concorrentes, a sua será eliminada». E assim sucedeu.

E também se regista que o Governo, provavelmente, involuntariamente — reconheço que a Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado, deste ponto de vista, é uma pessoa extremamente correta —, nem sequer teve a consideração de se lhe dirigir e explicar o sucedido para encerrar o processo, coisa que deveria ter feito, em abono da verdade. Esta é que é a verdade.

Quanto às razões objetivas, Sr. Dr. António Tomás Correia, temos que comparar o que estas duas opções custaram para os contribuintes. Desse ponto de vista, é absolutamente incontornável que a sua opção era melhor do ponto de vista financeiro: o senhor comprava as agências, tal como o BIC o fez; o senhor assegurava — disse-o agora — 350 a 500 trabalhadores (foi o que eu ouvi) e o BIC, na proposta inicial, assegurava 500 a 600 trabalhadores; o senhor ficava com os depósitos, tal como o BIC ficou; o senhor não ficava com os créditos, tal como eles não ficaram com aqueles que não quiseram.

E esta é a diferença, sendo que, em termos financeiros, o senhor oferecia 42,5 milhões de euros e o BIC oferecia 30 milhões — proposta inicial — sem que o Estado tivesse que gastar 600. Isto é, havia uma poupança de centenas de milhões de euros em termos financeiros.

Portanto, do ponto de vista dos contribuintes, do ponto de vista do Estado, de facto, a sua proposta, em termos financeiros, era mais favorável do que a que acabou por ser aceite.

Dito isto, como contraponto à intervenção do Sr. Deputado Hugo Soares, do PSD, terminava com a seguinte pergunta: seguramente, o Sr. Dr. tem um conhecimento vastíssimo de processos de privatização desta natureza, quer por venda direta, quer sem ser por venda direta, isto é, com preço mínimo ou sem preço mínimo. O Sr. Dr. tem um conhecimento ou direto ou, enfim, ao nível da análise que terá feito como administrador

bancário ao longo da sua vida. Perguntava-lhe, pois, se conhece muitos exemplos em que um processo de candidatura desta natureza tenha terminado com a seleção, para negociação final, de apenas um candidato. Perguntava-lhe se o normal é ou não é a seleção de, pelo menos, dois candidatos para permitir uma verdadeira e autêntica negociação, que, neste caso, não ocorreu.

Gostava que opinasse sobre esta matéria.

O Sr. **Presidente**: — Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Julgo que para si, Sr. Dr. António Tomás Correia, esta audição já valeu a pena. É que alguns Srs. Deputados conseguiram tirar conclusões sobre as virtudes da proposta do Montepio que o próprio Sr. Dr. aqui contrariou. Mas, mesmo assim, os Srs. Deputados acham que a proposta do Montepio era melhor do que o Sr. Dr. continua a acreditar que era, que tinha virtudes que nem o Sr. Dr. consegue invocar, embora a proposta fosse importante. Mas já lá vamos.

O Sr. Deputado Honório Novo mencionou uma questão importante: é muito relevante sabermos quanto custou este processo para os contribuintes e, no custo para os contribuintes, quanto é que cada opção política pesou. Porque a partir do momento da nacionalização, os custos para os contribuintes dependem, acima de tudo, de opções políticas.

Mas há uma segunda pergunta que é essencial fazer: quem é responsável pela tomada dessas opções políticas e quem é responsável por cada um desses custos?

Saber apenas o montante sem saber quem é o responsável, a mim, pelo menos, não me satisfaz de maneira nenhuma. E penso que a esta

Comissão não satisfaz de maneira nenhuma saber quem é responsável pelo custo, em cada momento, para o Estado.

Também é preciso balizarmos bem aquilo de que estamos a falar.

O Sr. Dr., já na primeira ronda — não me esqueci dessa resposta —, assumiu que era mau para os interesses públicos haver só uma proposta e haver só um candidato na negociação final. E fiz-lhe a pergunta objetiva no sentido de saber se o Montepio poderia ser o outro candidato e a outra proposta em negociação final com o Governo. E o Sr. Dr. respondeu-me, há pouco, que não podia, porque, pelos interesses do Montepio e pelos requisitos do concurso, não podia ser esse segundo concorrente, em negociação direta naqueles termos.

Portanto, a teoria de que não há uma segunda entidade porque foi excluída, pelo menos em relação ao Montepio — e pedia essa reconfirmação —, não se confirma. Veremos, depois, com outros concorrentes, se poderia ou não verificar-se.

Desejava também abordar, novamente, algo que ficou claro: quando se fala da proposta do Montepio de aquisição de balcões, convém dizer que os 42,5 milhões de euros, na média ponderada feita pelo Sr. Deputado Honório Novo, não eram todos para o Estado.

Convém dizer — o Sr. Dr. sabe isso — que a propriedade de uma série de agências não era do Estado. O Estado, em muitas das agências, é inquilino. Neste momento, o BIC paga renda ao Estado por uma série de agências. Quando se diz que é tudo igual, convém ter a noção de alguma coisa. Algumas das agências que o Montepio queria adquirir iria fazê-lo, com certeza, a terceiros, designadamente à SLN — ia permitir à SLN uma receita com a aquisição. Até podia ser que, assim, a SLN, ao menos, pagasse alguns dos créditos que ainda tem junto do BPN, e isso poderia, indiretamente, ser positivo.

Mas o que acontece, neste momento, é que a operação foi diferente. Não tem nada a ver com o Montepio, Sr. Dr., de facto não tem nada a ver com isso. Só tem para os Srs. Deputados que dizem que acham que é a mesma coisa o Montepio comprar agências à SLN e o BIC pagar renda ao Estado por agências que são propriedade do Estado neste momento.

E quando o Sr. Dr. fala em alienar mais tarde essas mesmas agências, o que acontecia é que o Sr. Dr. ia vendê-las e ficava com o proveito dessa venda; neste momento, se o BIC não ficar com as agências, o Estado vende-as e é o Estado que fica com a receita. Ora, põe-se tudo no mesmo saco, como se tudo fosse a mesma coisa, mas não é. Se o Sr. Dr. não concorda, depois di-lo-á.

Outra coisa é que a hipótese do Montepio é sempre uma hipótese que é complementar à liquidação do Banco. Uma vez que o Montepio não adquiria o Banco, era impossível colocar a hipótese Montepio sem a liquidação do BPN. Ora, quando dizemos que é preciso apurar o valor... A Comissão Europeia fez uma avaliação e apurou, face à hipótese de liquidação simples do BPN *versus* a proposta do BIC, que esta era mais vantajosa — apesar dos 600 milhões de recapitalização — do que a hipótese de liquidação. O que quer dizer....

#### *Protestos do PS.*

Mas eu também não disse que a Comissão Europeia viu a proposta do Montepio.

Srs. Deputados, se não perceberam, eu recapitulo.

A Comissão Europeia analisou o seguinte: perante uma hipótese de aquisição do Banco por 40 milhões nas condições do contrato do BIC, contrato esse que foi analisado pela Comissão Europeia, *versus* uma hipótese de liquidação do Banco, era mais vantajosa a aquisição por 40 milhões de euros, mesmo com a recapitalização de 600 milhões. O que leva à conclusão imediata e direta de que a liquidação custava ao Estado, pelo menos, 600 milhões, senão era impossível que a hipótese fosse mais vantajosa. Se a hipótese do Montepio implicava sempre a liquidação, obviamente que não pode de maneira nenhuma ser considerado que Montepio mais liquidação era mais vantajoso do que a alienação ao BIC.

Isso parece-me por demais evidente, mas não nos cabe a nós, Deputados, comprovar isso. Acho que é essencial questionarmos a Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado na próxima audição, bem como esta Comissão ter os cálculos de tudo isso para ficar claro. Acho aquilo que acabei de explicar, mas é uma presunção minha perfeitamente ilidível.

Portanto, se, com números, se conseguir provar que afinal a Comissão Europeia achava que uma recapitalização de 600 milhões para uma posterior alienação por 40 milhões era preferível a uma liquidação; que afinal uma liquidação complementar à venda ao BPN custava menos de 600 milhões, estou perfeitamente disponível para aceitar esse raciocínio, desde que o consigam provar.

Contudo, há algo muito mais importante que se provou aqui, hoje, com a intervenção que o Sr. Dr. aqui fez: é que o negócio de venda ao BIC foi pior para o Estado e para o contribuinte do que o negócio que o Estado poderia ter realizado em momento anterior.

Hoje, isso ficou aqui perfeitamente provado, e isso é que nunca tinha sido discutido nesta Comissão!



Se queremos saber quanto é que o processo BPN custou ao contribuinte, a primeira prioridade desta audição — pelo menos, para nós — é saber que, nesta audição, se apurou que o BPN poderia ter sido vendido pelo dobro ou pelo triplo do valor por que foi vendido e que não o foi por opção política de um Governo. Isso é que é por demais evidente!

O Sr. Dr. disse aqui, clarissimamente, «é pena que não se tenha aprendido com experiências comparadas», aludindo bem ao que se passou noutros países. É verdade. Vieram-nos aqui transmitir aquele argumento de que a conjuntura era má, portanto foram «empurrando com a barriga» a ver se «pegava», a ver se a conjuntura era melhor para venderem num melhor momento. Ora, isso revelou-se uma opção catastrófica, porque na mesma altura, com a mesma conjuntura, noutros países, outros governos escolheram vender e realizar imediatamente o produto dessa venda, nos termos em que o Sr. Dr. aqui disse que estaria o Montepio disponível para adquirir pelo dobro ou pelo triplo do valor.

E isso teria duas vantagens: é que não só o Montepio estava disponível para adquirir pelo dobro ou pelo triplo do valor, e isso permitiria uma encaixe muito superior, como o valor da liquidação nessa altura (e não vou esquecer essa parte, o valor da liquidação, pois também nessa altura seria necessário, porque o Montepio não estava disponível para adquirir completamente o Banco) seria substancialmente inferior ao que veio a acontecer, porque a situação do Banco degradou-se muito ao longo destes três anos.

Portanto, o que se prova aqui e que para nós é importante é que, por decisão política do Governo do Partido Socialista, o BPN foi vendido por um terço daquilo que poderia ter sido vendido, e isso é muito relevante para o apuramento de quanto é que este processo custou ao contribuinte português.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Afonso Oliveira.

O Sr. **Afonso Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Dr. António Tomás Correia, boa tarde. Realmente, o período de intervenções e de audição já vai muito longo e, hoje, já todos fizemos três audições.

A intervenção do Deputado Pedro Nuno Santos leva-me a colocar-lhe uma questão de forma diferente e muito clara. Pergunto-lhe se considera que os superiores interesses do Estado e dos portugueses ficaram devidamente salvaguardados no período em que o BPN já nacionalizado se manteve no mercado nos termos em que se manteve, isto é, perdendo dois terços dos depósitos, como já aqui foi referenciado, mantendo uma imagem negativa no mercado e não tendo claramente uma definição estratégica.

Reconheço que para o Sr. Dr., estando no Montepio Geral e não fazendo parte do BPN, a resposta a esta matéria é sempre mais delicada. Mas a questão é muito simples: os portugueses perderam mais pelo valor da venda do Banco ou pelo período em que a gestão foi feita?

Já aqui disse, esta tarde — vale a pena referenciar isto —, que se o Banco tivesse sido vendido mais cedo, poderia tê-lo sido por um valor muito superior. Gostaria que falasse um pouco sobre isto, porque é uma matéria que, apesar de já levarmos muito tempo de audição, não foi suficientemente explicada pelo Sr. Dr. — talvez a questão também não lhe tenha sido colocada diretamente.

Gostaria, pois, que abordasse um pouco este tema, porque para nós é fundamental percebemos se o período de gestão do Banco após a nacionalização — nomeadamente, o tempo que decorreu, os termos da nacionalização, o facto de não haver ter sido vendido nos termos em que foi colocado no mercado — fez com que o Banco perdesse muito valor. É

que, às vezes, há a intenção de falar no preço de venda do Banco, mas é importante percebermos quanto é que o Banco valia no momento da venda, quando é que valia quando da nacionalização e quanto é que valia nesse período.

A minha última nota não é uma questão mas, sim, um comentário.

Queria dizer ao Sr. Deputado Honório Novo — ele sabe que é verdade — que a nossa intenção ao longo de todo o período de audições foi sempre trazer à Comissão todas as questões, sem qualquer tipo de limitações. O Sr. Deputado sabe que isso é verdade.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Eu não disse o contrário!

O Sr. **Afonso Oliveira** (PSD): — Claro que não disse o contrário, e ainda bem.

O Sr. Deputado já percebeu também que recolocámos, durante esta audição, as palavras da Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado rigorosamente, tal como foram transmitidas nesta Comissão quando da 1.<sup>a</sup> audição, com a intenção de que ficasse muito claro que o que foi dito foi o que estava escrito nas atas e não alguns comentários que durante a tarde aqui ocorreram.

Além disso, como todos sabem, para a semana ouviremos nesta Comissão a Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado e poder-lhe-ão ser colocadas todas as questões, sem nenhuma dúvida, sem nenhum problema.

Sr. Dr. António Tomás Correia, a terminar queria ainda dizer-lhe que, penso, uma das questões que ficou muito clara esta tarde foi a resposta que deu na primeira pergunta que lhe colocaram, ou seja, que o Montepio nunca teve intenção de comprar o BPN e nunca se propôs comprar o BPN.

O Sr. **Presidente**: — Estão inscritos três Srs. Deputados, a saber: Hugo Velosa, João Semedo e Ana Catarina Mendonça.

Para respeitar o princípio da alternância, dou a palavra ao Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sr. Presidente, não quero prolongar nenhuma controvérsia, mas há coisas que é difícil ouvir e não reagir.

O Sr. Deputado João Almeida deve saber que a esmagadora maioria das agências do BPN são propriedade da Imofundos, nada têm a ver com a SLN! A Imofundos faz parte...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Mas há várias que são da SLN!

O Sr. **João Semedo** (BE): — São meia dúzia delas!

Portanto, querer dizer que está a dar-se dinheiro à SLN... É exatamente o contrário. Desculpe, mas é exatamente o contrário, e o Sr. Deputado sabe-o. Não quer dizer que não haja uma ou outra... Haverá, seguramente, senhorios particulares, mas o grosso, como, aliás, aqui foi dito... Se não me engano, o Sr. Dr. acabou de dizer que apenas 8,9% das agências eram propriedade do BPN.

O segundo aspeto que gostaria de referir é que também me parece abusiva a ilação de que se poderia ter vendido o Banco pelo dobro ou pelo triplo do valor. Essa ilação é tão verdadeira como também se poder dizer, com a mesma verdade, que agora se poderia ter vendido pelo dobro ou pelo triplo. Acho que as coisas têm que ser ditas com um pouco mais de fundamento, pelo que considero que isso é um abuso.

Igualmente me parece que se diz com muita facilidade que o Banco desvalorizou ao longo destes anos.

Percebo o que é que se quer dizer com isso, mas a verdade é que o BPN acabou por ser vendido em excelentes condições. Se calhar, é difícil encontrar hoje um banco em tão boas condições como o BPN se encontrava quando foi vendido: 1800 milhões de depósitos, 2200 milhões de créditos, uma recapitalização de 600 milhões. Isto não é propriamente um banco que não valha nada! Estranhamente, foi vendido por 40 milhões, mas é um banco que é um «brinquinho» para ser comprado no mercado.

O Sr. **Hugo Velosa** (PSD): — «Estranhamente», mas ninguém achou isso.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sei que sim!

Mas a afirmação de que, ao longo dos anos, o BPN se desvalorizou... Bom, o BPN à data da nacionalização é que não valia nada, rigorosamente nada!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Velosa.

O Sr. **Hugo Velosa** (PSD): — Sr. Presidente, enquanto Deputado desta Casa, começava por pedir desculpa ao Sr. Dr. António Tomás Correia, porque foi convidado para se pronunciar aqui, fundamentalmente, sobre o processo de venda do BPN e nós, Deputados, não conseguimos fugir a fazer algum debate, o que é normal, e penso que o Sr. Dr. compreenderá isso.

Gostaria de começar por dizer que o que anotámos com muita clareza é que o Montepio Geral não respeitava o caderno de encargos tal

como era proposta a venda; afirmou várias vezes que não estava interessado na venda. Mesmo assim, permitimo-nos fazer aqui uma série de comentários sobre o impossível.

Ora, se não se respeitava o caderno de encargos, não sei se valeria a pena...

*Protestos do Deputado do BE João Semedo.*

Pedia ao Sr. Deputado João Semedo que me deixasse acabar.

Como eu estava a dizer, se não se respeitava o caderno de encargos, não sei se valeria a pena, sob todos os pontos de vista, estarmos a fazer análises sobre aquilo que é a impossibilidade prática. Aliás, o Dr. Tomás Correia disse claramente que não só não punha a hipótese de comprar o BNP como, depois, nem sequer pôs qualquer hipótese de impugnar ou pôr em causa o que aconteceu.

Gostava de dizer ao Sr. Dr. que os Deputados levam isto muito a sério, e têm que o fazer, porque está em causa o custo para o contribuinte.

O Deputado Honório Novo fez uma série de contas muito rápidas, que, se calhar, estão certas, mas lanço-lhe um desafio: faça-as por escrito para sabermos exatamente quais são os custos das duas propostas para os contribuintes. Porque uma coisa é analisar os custos de uma venda neste momento; outra coisa é analisar os custos totais — que é aquilo que queremos saber — para os contribuintes, desde o início até o termo deste martírio que foi o BPN!

Aquilo que o Deputado Honório Novo fez aqui foram contas, peço desculpa, do seguinte tipo: 40 milhões de venda, mais não sei quanto de venda, e compra aquilo...

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — E estão certas!

O Sr. **Hugo Velosa** (PSD): — Então, o Sr. Deputado Honório Novo devia entregar essas contas à Comissão, porque gostaria de tê-las enquanto Deputado desta Comissão, para depois, quando tiver que tomar uma decisão, saber se aquilo que disse é verdadeiro ou não.

Portanto, queria deixar uma pergunta ao Dr. Tomás Correia, porque penso que é importante.

O Sr. Dr. sabe as propostas que fez, já disse que elas poderiam ser negociáveis nalguns aspetos e que soube só pelos jornais o que acabou por acontecer.

A questão que deixo é se, como Presidente do Montepio Geral, já fez as contas para saber o que é que para o Estado e para os contribuintes era melhor, se a proposta do Montepio, se a proposta do BIC, pois o Deputado Honório Novo aqui, apressadamente, concluiu que a do BIC era pior para os contribuintes.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Não é «apressadamente»! O advérbio está a mais, Sr. Deputado!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Catarina Mendonça.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Catarina Mendonça** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Dr. António Tomás Correia, como imagina, o que aqui se passou também faz parte de alguns debates e creio que a sua intervenção aqui, hoje, esclareceu algumas matérias que queríamos concretizar.

Com todo o respeito que tenho pelo Sr. Deputado Hugo Velosa, percebo o desconforto e a intervenção que teve necessidade de fazer, porque penso que há ideias que não podem passar.

A primeira é a de que o Partido Socialista, desde o início, nunca discutiu aqui o preço pelo qual foi vendido o Banco. Nunca ninguém ouviu discutir o preço e até já afirmámos que esse foi o preço possível, dadas as condições.

Mas o que nos interessa não é apurar essa questão; a questão é que a venda do BPN ao BIC traz encargos ao Estado que podem ser muito penosos para os contribuintes, como já foi afirmado nesta Comissão, nos próximos 10 anos.

E não é correto dizer-se que o Banco, hoje, podia valer o dobro ou o triplo, Sr. Deputado João Almeida!

**O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP):** — Poderia era ter sido vendido há dois anos!

**A Sr.ª Ana Catarina Mendonça (PS):** — Houve, de facto, uma avaliação do BPN, feita pela Deloitte, que apontava para outros valores, mas é bom não esquecer que não se pode aqui comparar o que é incomparável.

À época da nacionalização do BPN, como também já aqui foi dito hoje, o seu valor era muito negativo, dada a reputação que tinha, e não podemos comparar — volto a dizer isto como tenho dito em várias outras reuniões desta Comissão — casos de polícia, como é o BPN, com outros casos de nacionalizações e consequentes reprivatizações no resto da Europa.



Este é um caso de polícia. Este é um caso de gestão ruínosa, este é um caso que deixou de tal forma marcas que foi difícil recuperar um conjunto de ativos, que foi difícil recuperar a sua reputação e será difícil para todos. Não é por acaso que o Eng.º Mira Amaral veio a esta Comissão dizer que a primeira e única decisão que até agora o BIC tomou sobre o BPN foi a de alterar as placas em todas as suas agências, precisamente por causa da marca BPN. E a marca BPN tem valor negativo, Srs. Deputados, não por causa da nacionalização!

Em segundo lugar, o Sr. Deputado João Almeida incorre num erro muito grave, e ainda bem que chamou para aqui a Comissão Europeia e a sua avaliação, porque se não fosse a avaliação da Comissão Europeia e os reparos que fez à venda do BPN ao BIC, o negócio ainda teria sido mais ruínoso para os contribuintes. Foi por causa da intervenção da Comissão Europeia que se melhoraram algumas cláusulas.

Agora, a Comissão Europeia não teve conhecimento, por exemplo, da proposta do Montepio Geral para se poder pronunciar sobre se ela seria melhor, se seria mais ou menos vantajosa. Não pode fazer essa avaliação. Fez a avaliação da proposta do BIC e aquilo que era o outro cenário, de liquidação, que, deve frisar-se aqui, o anterior Governo, junto da troica, também negociou de forma a que o BPN não fosse liquidado, para que não fosse mais penoso ainda para o Estado.

Mas há ainda uma coisa para a qual queria chamar a atenção. O que o Sr. Dr. Tomás Correia hoje aqui veio dizer é muito importante: em primeiro lugar, foi excluído de apresentar contrapropostas à sua proposta inicial porque a Sr.ª Secretária de Estado tem uma conversa com o Dr. Tomás Correia, em que lhe diz que a proposta até pode ser viável, mas não o informa em momento algum que, afinal, não cumpre o caderno de encargos.

Sr. Deputado Hugo Velosa, esse é um argumento que percebo que aqui utilize mas que nunca foi utilizado junto do Montepio. O que foi dito ao Montepio foi que a proposta era possível, era viável, mas nunca foi concretizado, nunca a Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado informou o Montepio de que não havia viabilidade na sua proposta, e negociou única e exclusivamente com o BIC.

Queria também chamar a atenção para o seguinte: Srs. Deputados, a conta que o Sr. Deputado Honório Novo fez é a conta que, ao longo destas audições, é possível fazer. Ao longo destas audições foi possível saber quanto custam as indemnizações, quanto vão custar os processos judiciais, quanto custa o que não foi escolhido pelo BIC e que ficará a cargo do Estado, o que custa todo o «buraco». Por isso, o Eng.<sup>o</sup> Mira Amaral também não disse que foi um mau negócio para o BIC; antes pelo contrário, foi um ótimo negócio para o BIC, na medida em que, até ao final de 2012, até dezembro, pode escolher os créditos que quer e os que não quer, Sr. Deputado. O contrato foi assinado, Sr. Deputado, a compra já foi feita e o BIC continua a poder escolher...

O Sr. **Presidente**: — Queira concluir, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Catarina Mendonça** (PS): — Termina já, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, não sei se repara mas o Sr. Dr. António Tomás Correia está com dificuldade em encontrar questões em todo este debate.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Catarina Mendonça** (PS): - Terminei já, Sr. Presidente, com uma questão, mas, desculpe, tinha de fazer estas considerações, que o Sr. Dr. Tomás Correia perceberá.

Para terminar, queria perguntar ao Sr. Dr., novamente, o seguinte: se tivesse sido chamado à mesa das negociações, teria ou não reformulado a sua proposta, teria ou não contraposto outras condições e, eventualmente, teria adquirido aquilo que, afinal, o BIC adquiriu e que o Montepio também propunha?

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, chamava a atenção para que, neste momento, não estamos ainda a apresentar conclusões nem um relatório, não estamos a fazer debate, estamos a ouvir o Sr. Dr. António Tomás Correia.

Estou a olhar para a folha que ele tem à sua frente e verifico que tem três ou quatro questões para responder, depois de quase uma hora de debate. Os Srs. Deputados, nesta altura, saberão conter-se...

Tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, tem toda a razão. A conclusão desta audição, no que diz respeito à má gestão durante a gestão pública, é fácil de avaliar, porque é factual. Aqui, como é argumentativo, gera muito mais polémica, porque se fosse factual as audições eram serenas, como são quando estamos a provar a má gestão do Banco pela administração da Caixa Geral de Depósitos.

Só para precisar duas coisas que foram ditas: Sr. Deputado João Semedo, é verdade que nunca aqui disse que a maioria das agências eram da SLN — o Sr. Dr. também estava a dizer que não com a cabeça quando falei das agências —, o que eu disse foi que algumas agências não são

propriedade do Estado ou do BPN nacionalizado. Também não diria que era a maioria, mas isso faz diferença em relação ao valor.

A segunda coisa, Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Catarina Mendonça, para também não induzir em erro o Sr. Dr., é que eu nunca disse que, neste momento, poderia ser outro o valor, o que eu disse, baseado nas declarações de dois presidentes de bancos que vieram a esta Comissão, foi que ambos disseram aqui que, noutra ocasião, teriam dado outro valor pelo mesmo banco. Foi essa a conclusão que aqui tirei.

Portanto, para que não fiquem dúvidas, pergunto ao Sr. Dr. novamente, e peço desculpa por estar a repetir, mas, pelos vistos, foi induzido em erro, se, num momento anterior, a proposta que fez, de 42,5 milhões de euros, na média ponderada do Sr. Deputado Honório Novo...

*Protestos do Deputado do PCP Honório Novo.*

É simples, é! Ou seja, pela média simples, pela média aritmética.

O Sr. **Presidente**: — Queira concluir, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Pergunto se, noutra altura, estaria disponível a dar mais dinheiro pelo mesmo.

Outra questão, muito importante: se, relativamente ao caderno de encargos da primeira tentativa de privatização, o valor tivesse sido outro e se houvesse também disponibilidade para negociar os termos do caderno de encargos, podia ou não ter-se concretizado a venda naquela altura?

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, creio que não há mais nenhuma inscrição, pelo vou dar a palavra ao Sr. Dr. António Tomás Correia para

responder às três ou quatro questões colocadas, que conseguiu retirar deste debate de quase uma hora e meia.

Faça favor, Sr. Dr. António Tomás Correia.

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Srs. Deputados, em primeiro lugar, queria dizer que estava preparado para estes debates, para uma sessão de debate, para ouvir os Srs. Deputados, e creiam que ouvi com muita atenção e sem qualquer constrangimento.

Para mim, não é a primeira vez, porque há muitos anos estive numa comissão de inquérito, quando se tratou daquelas casas do Dr. Cadilhe. Nessa altura, também vim aqui a uma comissão, portanto, já tenho uma experiência anterior em relação a esta matéria e confesso que não fiquei frustrado em relação a essa mesma experiência.

Relativamente às questões, tenho alguma dificuldade. Sei que há aqui questões concretas e vou procurar responder muito concretamente, mas vão perdoar-me que, às tantas, tenha de elaborar alguma coisa em torno destas questões, porque elas não são respondíveis se «sim» ou «não». É difícil.

Foi dito que o Montepio se retirou do negócio; foi dito que alguém disse que o BIC foi mais inteligente que o Montepio; foi solicitado se não deveria ter uma avaliação nova aquando da segunda privatização; se não deveria ter sido comunicado ou advertido pelo facto de a proposta não ser uma proposta de compra do BPN; se há prejuízo pelo facto de haver só um candidato; se o Montepio não podia ser o segundo concorrente; se o preço a pagar vai todo para o Estado ou se, afinal, não temos uma coisa ligada com as agências que não são propriedade; se a liquidação do Banco, afinal, não era um problema complicado e, se calhar, tínhamos de contrapor a esta questão da liquidação do Banco (este é outro aspeto, mas já lá vou); se os

interesses dos portugueses foram salvaguardados ou se se perdeu mais vendendo mais tarde; se eu, por acaso, já fiz as contas acerca do resultado de tudo isto para os contribuintes e, se tivesse sido chamado, se reformulava a proposta. Enfim, creio que, em resumo, são estas as questões que estão sobre a mesa.

Devo dizer que o Montepio nunca se retirou do negócio do BPN, tanto assim que entregou uma proposta, embora não correspondendo diretamente àquilo que era o caderno de encargos; não nos propúnhamos adquirir o Banco, mas isso não quer dizer que não estivéssemos no negócio. Portanto, retirada do negócio, pela nossa parte, não houve.

Quanto à questão da inteligência, que foi atribuída ao Sr. Dr. Lourenço Soares, creio que ele deve ter confundido inteligência com transparência, o que são coisas completamente diferentes.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Muito bem!

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — O Montepio foi transparente no modo como abordou este concurso, como, aliás, é próprio de instituições com a nossa natureza e é próprio também das pessoas que dirigem o Montepio. Nós somos totalmente transparentes e não podíamos apresentar-nos a um negócio com o Estado formulando uma proposta para, depois, a transformarmos ao longo de um processo negocial, retirando vantagens desse mesmo processo.

A nossa proposta foi sempre muito clara, foi sempre transparente; pecou em inteligência mas beneficiou de uma grande transparência nas relações com o Estado e de um grande respeito pelos contribuintes.

Por conseguinte, se essa afirmação foi feita, acho que é uma afirmação infeliz, que não direi que é ofensiva mas é reveladora do pouco

respeito que o Dr. Lourenço Soares, provavelmente, ao longo do processo, manifestou em relação ao Montepio. E fico-me por aqui em relação a esta matéria.

Relativamente à avaliação nova, creio que o Estado gastou imenso dinheiro a fazer avaliações e gastou imenso dinheiro no BPN com consultadorias. Isto não era um problema de avaliação, era um problema...

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Ora!... Tenho andado a pregar no deserto sobre isso !

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Sr. Deputado, estou aqui apenas para dizer aquilo que são os factos e aquilo que vivi também neste processo.

Aqui, tratava-se de um problema de construir mercado para que a privatização, ou o processo de venda do BPN, fosse concorrido. E isso implicava, obviamente, transparência, implicava uma relação muito clara com os candidatos, para que eles se mobilizassem em torno de um projeto, o que implicava, naturalmente, flexibilidade para deixar campo aberto a várias soluções para que, no final, as várias soluções pudessem ser consideradas e, assim, proteger-se melhor o contribuinte e o erário público.

Quando se constroem soluções fechadas, naturalmente, sofreremos as consequências desse trabalho. E as consequências, aqui, foram a existência de um único candidato que sobrou para as negociações finais, que, obviamente, estando sozinho, teve uma força negocial que não teria noutras circunstâncias.

A não existência de outro candidato — e é uma opinião muito pessoal, não tem a ver com a participação do Montepio neste projeto, é uma opinião de um cidadão interessado e informado —, obviamente que se

traduziu, nem podia ser de outra maneira, em prejuízo para o erário público.

O Montepio, naquele processo de venda, provavelmente, não podia ser o segundo concorrente, porque a nossa proposta... Se calhar, a nossa proposta é comparável com a proposta que saiu vencedora. Provavelmente, é comparável...

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Exatamente!

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Eu direi que ela tem todas as condições para ser comparável, mas o nosso caminho foi outro, foi mais transparente e, do nosso ponto de vista, foi — não digo que foi mais, portanto, não ponham lá isso! —, com toda a transparência e com todo o respeito pelo erário público e pelos contribuintes, foi ao encontro dos interesses dos portugueses.

Fala-se muito na liquidação do Banco e diz-se que a proposta do Montepio implicava a liquidação do Banco e que esse é um problema enorme, inultrapassável, mas ninguém se lembra que alguém, um dia, há de liquidar os veículos para onde vão ser transferidos todos os ativos que o comprador não quer.



Ninguém pensa nisso, mas nós vamos estar aqui durante muitos anos — espero que estejamos aqui durante muitos anos — e vamos ver o trabalho, perdoem-me a expressão, o salsifré que vai ser a liquidação dos veículos. Questiono-me se liquidar um banco ou os veículos dá mais ou menos trabalho, se é mais ou menos complexo do que num caso ou noutro. Creio que estamos perante complexidades iguais, perante dificuldades enormes e perante problemas muito significativos para o erário público e para o contribuinte.

Não estou em condições de dizer se este processo de nacionalização e de gestão pública do Banco protegeu ou não os portugueses. Não geri o Banco, não acompanhei os problemas que a gestão teve que viver. Qualquer opinião que eu tivesse seria uma opinião sem fundamento. E perdoem-me os Srs. Deputados, mas não posso pronunciar-me sobre isso. Fazê-lo seria entrar por um caminho que não é próprio porque não é fundamentado, que não é próprio porque não é leal. Só quem conhece os problemas é que pode dizer se houve ou não proteção ou desproteção dos interesses dos portugueses.

Dito isto, tenho para mim que Portugal — e estou a repetir-me —, o País teria ganho muito se tivesse aproveitado as experiências que outros países viveram em matérias iguais. Teríamos aproveitado muito, porque não teríamos este arrastar de um problema que nos consumiu, que nos consome e que vai continuar a consumir-nos. De facto, o País tinha ganho muito em ter copiado e tinha, com certeza, encontrado uma solução mais ajustada aos interesses dos contribuintes e do erário público. Não se ganha muito em arrastar.

Li nos jornais (e não sei se isto é verdade), quando da nacionalização, o que se dizia era «vamos recuperar o Banco». Ora, um

banco naquelas condições, com casos de polícia sérios, como foi dito e eu concordo, é irrecuperável, do ponto de vista da imagem.

Acreditar-se em milagres não é uma boa forma de resolver os problemas. Resolver os problemas é fazê-lo como outros fizeram: mesmo não se tratando de casos de polícia, trataram de vender imediatamente aquilo que era vendável. E aquilo que era vendável, quando o Banco foi nacionalizado, era a sua base de depósitos, na ordem dos 5000 milhões de euros, a sua rede de balcões e um conjunto de ativos operacionais ao funcionamento do Banco, que eram muito interessantes e muito atrativos para o Montepio, mas para muitos outros compradores. E era possível, naquela altura, com certeza absoluta, montar um negócio concorrencial.

Não fiz as contas do que é mais interessante, do que se vai perder, de uma forma ou outra. Não vou dar-me a esse trabalho, porque, para se fazer estas contas, é preciso ter muitos elementos, que ninguém, em rigor, tem. Duvido que haja alguém que possa afirmar que tem na sua posse todos os elementos para poder fazer estas contas. Não tem, de certeza absoluta! Isto é demasiado complexo para, de repente, num bloco de notas, concluirmos o que quer que seja.

Por conseguinte, como eu não tenho os elementos, não fiz contas, não me proponho fazê-las e não acredito que alguém seja capaz de as fazer nos tempos mais próximos.

Pelo caminho que isto levou, daqui a largos anos, estaremos em condições de apurar. Nessa altura, debater-nos-emos com questões de correção monetária e de ajustamentos ao valor presente, etc., que são coisas que interessam pouco para este debate.

Se eu tivesse sido chamado, teria reformulado a proposta, com certeza. A proposta era tão transparente quanto possível, mas era uma proposta aberta, dentro do figuro que entendíamos como razoável. E com

certeza que estaríamos disponíveis para a reformular em aspetos que, respeitando o nosso figurino, pudessem ser, obviamente, objeto de encontro de vontades entre nós e o representante ou os representantes do Estado na negociação. Não fomos. Não temos qualquer acrimónia por isso. Pelo contrário, devo dizer que a reunião que tive com a Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado para lhe apresentar o programa do Montepio para esta privatização foi muito agradável. Isto, sem prejuízo de pensar, como já disse, que, no mínimo, esperava um telefonema — e não era preciso ser da Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado, não exijo essas coisas, mas há assessores ou outras pessoas, alguém que poderia ter-me dito o que se passava.

Mas, provavelmente, alguém que não nos reconhece grande inteligência, quando analisou as propostas, foi o primeiro a dizer que a proposta nem sequer tinha condições para ser discutida. E obviamente que isto parte de informações que valem o que valem, mas valem alguma coisa.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Dr. António Tomás Correia.

Antes de dar por concluída a nossa audição, queria recordar ao Sr. Dr. que lhe pedimos que verifique se houve alguma correspondência que o Montepio tenha recebido, designadamente da CaixaBI, em relação ao segundo processo de privatização, em 2011; que verifique na sua agenda quando é que foi, exatamente, entregue a proposta do Montepio; e, já agora, que nos entregue também a proposta apresentada pelo Montepio, porque, que me lembre, ainda não consta do espólio desta Comissão a proposta que o Montepio apresentou ao Governo.

Agradeço, pois, a presença do Sr. Dr. António Tomás Correia na audição desta Comissão.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Permite-me interrompê-lo, Sr. Presidente?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado, mas agradeço que seja breve.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Serei muito breve, Sr. Presidente. Só para dizer que eu, amanhã, seria o segundo a intervir, mas só posso chegar mais tarde, pelo que queria avisar.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Semedo, alteraremos a ordem das intervenções, de acordo com a sua conveniência.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. António Tomás Correia, faça favor.

O Sr. Dr. **António Tomás Correia**: — Sr. Presidente, relativamente à proposta, está aqui uma cópia, devidamente rubricada por mim e por outro administrador.

Quanto à entrega da proposta, ela foi enviada por *mail* e, portanto, dar-lhe-ei a nota do *mail* e a hora a que o mesmo foi expedido, no último dia de entrega das propostas, e vou pesquisar se existe, no Montepio, alguma carta da Caixa-BI relativamente à privatização.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Dr. António Tomás Correia.

Srs. Deputados, concluídos os trabalhos de hoje, informo que amanhã a reunião terá início às 9 horas e 30 minutos.

Está encerrada a reunião.

*Eram 20 horas e 30 minutos.*